



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE**  
**CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA**

**ALEX DA SILVA DOURADO**

**FATORES ESTRUTURAIS DAS POLÍTICAS DE EJA QUE  
IMPACTAM NA PERMANÊNCIA E NAS INTERRUPÇÕES DO  
PERCURSO ESCOLAR DOS ALUNOS DE EJA.**

**CARINHANHA, 2013**

**ALEX DA SILVA DOURADO**

**FATORES ESTRUTURAIS DAS POLÍTICAS DE EJA QUE  
IMPACTAM NA PERMANÊNCIA E NAS INTERRUPÇÕES DO  
PERCURSO ESCOLAR DOS ALUNOS DE EJA.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB.

**CARINHANHA, 2013**

**DOURADO**, Alex da Silva. Fatores estruturais das Políticas de EJA que impactam na Permanência e nas Interrupções do percurso escolar dos alunos de EJA, na Escola Municipal São Jerônimo em Carinhanha-Ba, Março de 2013. 81 Páginas. Faculdade de Educação – FE, Universidade de Brasília – UnB.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia.

FE/UnB-UAB

**FATORES ESTRUTURAIS DAS POLÍTICAS DE EJA QUE  
IMPACTAM NA PERMANÊNCIA E NAS INTERRUPÇÕES DO  
PERCURSO ESCOLAR DOS ALUNOS DE EJA.**

**ALEX DA SILVA DOURADO**

Monografia apresentada como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Licenciado em Pedagogia pela  
Faculdade de Educação – FE,  
Universidade de Brasília – UnB.

Professor/a Orientador/a.....

Membros da Banca Examinadora

a).....

b).....

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus primeiramente pela vida e por me conceder mais essa vitória.

Agradeço à minha família em especial a minha mãe Maria Alice que sempre esteve ao meu lado e acreditou que eu fosse capaz de subir mais este degrau em minha caminhada.

Agradeço a coordenadora do Polo de Carinhanha Maria de Lourdes que foi sempre atenciosa e sempre esteve a disposição na hora que precisássemos.

As tutoras Léia cássia e Darlene pela dedicação.

Aos professores que se dedicaram ao curso na cidade de Carinhanha-Ba.

A minha orientadora Simone pela imensa dedicação e contribuição a esse trabalho.

Aos colegas, em especial a Enir, Jaqueline, Leandro, Margarete, Wesley, obrigado pela companhia e amizade que fizemos no decorrer do curso.

## **RESUMO**

Esta pesquisa analisou alguns fatores estruturais que impactam na permanência e na evasão dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental no Município de Carinhanha – BA: Escola Municipal São Jerônimo, onde funcionou em 2011 a Educação de Jovens e Adultos sendo que a pesquisa frisou o Segmento I com as seguintes turmas: Uma de (1ª e 2ª) no vespertino e duas de (3ª e 4ª) no turno noturno. O objetivo desse trabalho foi a investigação dos fatores estruturais que impactam na permanência e na evasão dos alunos no processo escolar. Trata-se de uma pesquisa de campo exploratória por meio da abordagem qualitativa e quantitativa, com coleta de dados com alunos, professores e gestores. Na fundamentação teórica lançamos mão de escritos de autores para aprofundamento teórico, dentre os quais destacamos Campus (2003), Souza M. A. (2007), Cury (2007), Paiva (1997, 2004, 2008), Oliveira (2004), Khol (2005), entre outros, bem como legislação, programas de Educação de Jovens e Adultos e outros textos referentes ao tema. Na coleta de dados, fez-se uso de instrumentos de pesquisa como: análise documental (diários de classe, atas de resultados finais); observações contínuas; aplicação de questionário com 10 alunos, 1 gestora e 1 ex-coordenadora de EJA. Os resultados dessa pesquisa apontaram como causa principal para a não permanência dos alunos de EJA, a carga excessiva de trabalho e a falta de políticas públicas para garantir a permanência desses alunos na escola.

**Palavras chave:** Educação de Jovens e Adultos, acesso, permanência, interrupções do percurso escolar, direito à educação, mundo do trabalho.

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL EDUCATIVO – TRILHANDO CAMINHOS</b> .....	8
<b>TRABALHO MONOGRÁFICO</b> .....	17
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>CAPÍTULO I – REFERÊNCIAL TEORICO</b> .....	20
Educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho: Sujeitos da EJA .....	20
1.1 Contexto histórico da EJA – Educação de Jovens e Adultos, no Brasil. ....	20
1.2 Histórico da educação de jovens e adultos no município de Carinhanha-Ba.....	34
1.2.1 Outros programas e formas de atendimento ao público da EJA .....	36
1.2.2 - Legislação/normatização atual, estadual/municipal, em relação à Educação de Jovens e Adultos.....	36
1.2.3 Fontes de Financiamento para EJA .....	37
1.3 Sujeitos da educação de jovens e adultos e o trabalho .....	37
1.4 Os diferentes aspectos nas interrupções do percurso escolar na EJA.....	40
1.5 A importância do transporte escolar .....	42
2.6. A importância da articulação com o Programa BOLSA FAMÍLIA .....	43
<b>CAPÍTULO II – METODOLOGIA</b> .....	45
<b>CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	47
3.1 Caracterização do município de Carinhanha-Ba e a identificação do campo.....	47
3.2. Apresentação e Análise dos dados referentes aos alunos participantes da pesquisa.....	51
3.3. Apresentação e Análise dos dados referentes à política do município e a entrevista com a gestora da escola.....	59
3.3.1 Transporte Escolar na EJA.....	59
3.3.2. A importância de garantir a MERENDA ESCOLAR.....	60

3.3.3 Estrutura da Escola.....	62
3.3.4. Assistência Estudantil (Bolsa-escola) .....	64
3.3.5. Estrutura da Moradia dos alunos de EJA .....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>73</b>
Pesquisa: (Interrupções do Percurso Escolar e Permanência na EJA na Escola M. São Jerônimo).....	73
Pesquisa: (Interrupções do Percurso Escolar e Permanência na EJA na Escola M. São Jerônimo ).....	<b>81</b>
Questionário - Gestora da Escola Municipal São Jerônimo. ....	81
Questionário- Ex- coordenador da EJA .....	82
<b>PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....</b>	<b>83</b>

## **MEMORIAL EDUCATIVO – TRILHANDO CAMINHOS**

### **QUEM EU SOU?**

Nasci 10 de fevereiro de 1983 no município de Carinhanha-Ba. Na minha família sou o terceiro filho do casal, tenho duas irmãs e dois irmãos adotivos. Meu pai é pescador e comerciante, frequentou a escola poucos meses. Segundo ele não estudou porque na época a professora usava muito a palmatória, qualquer erro levava várias palmatorizadas na mão, puxava as orelhas e colocava de castigo. Devido essas atitudes ele tomou raiva da escola e nunca mais voltou a estudar. Porém, sabe escrever, ler e interpreta muito bem. Minha mãe era lavradora e domestica, cursou até a 6ª série do ensino fundamental. Ela não teve a oportunidade de estudar na idade adequada porque tinha que trabalhar na roça para ajudar no sustento da casa, pois era a filha mais velha.

Por não terem tido a oportunidade de estudar, meus pais fizeram de tudo para que seus filhos pudessem frequentar a escola e ter a educação que eles não tiveram.

### **PRIMEIRO CONTATO COM A ESCOLA**

Com cinco anos minha mãe me matriculou na Escola Chapeuzinho Vermelho, era uma escola particular que ficava perto de minha casa. Era uma escola muito bonita, cheia de desenhos nas paredes e tinha um parquinho infantil no fundo. Todos ficavam rezando para chegar a hora do recreio para brincar no parquinho.

Minha primeira professora era baixinha, cabelos curtos, muito dedicada, amorosa, atenciosa, cantava muitas músicas na aula e fazia brincadeiras. O que mais chamava minha atenção nela era a forma de ensinar, o amor que demonstrava em ser professora.

Nessa escola fiz o jardim 1 e o jardim 2, em seguida fui matriculado na 1ª série do ensino fundamental numa escola da rede municipal.

Na primeira semana de aula nessa escola da rede municipal fiquei muito espantado, tinha muitas salas, muitos alunos, a escola era enorme. Não tive muitas dificuldades, já dominava um pouco a leitura e a escrita. Minha professora na 1ª série era alta e gostava de gritar com os alunos, todos tinham medo dela. Na segunda série ela continuou com a gente, já tinha me acostumado com ela e para dizer a verdade mesmo com os gritos dela eu ainda gostava dela. Lembro-me que no aniversário dela alguns colegas compraram uma lembrança para ela e eu tinha esquecido. Sai da escola correndo e fui até minha casa e pedi minha mãe que comprasse alguma lembrança para eu dar a ela no aniversário, minha mãe comprou um jarro numa loja que tinha ao lado de minha casa e eu voltei correndo para a escola e fui logo abraçando ela e dei minha lembrança.

Uma vez ela me deixou de castigo porque na aula de geografia eu o chamei de louca, isso em 1990. Ela dizia o Rio São Francisco precisava de ajuda o mais rápido possível, pois o desmatamento desacerbado iria comprometer suas margens, a nascente e com o passar de dez anos o rio ia diminuir as águas e as lanchas não conseguiriam navegar porque o rio estaria secando. Lembro-me disso com se fosse hoje, muito tempo passou e em 2005 eu a encontrei numa feira, dei um abraço e conversamos por alguns minutos, foi quando eu lembrei ela sobre esse fato e falei que ela estava com razão, o rio São Francisco hoje pede socorro, as lanchas grandes que trafegavam do estado de Minas para nossa cidade já não trafegam mais devido o canal do rio está muito raso.

Na 3ª e na 4ª série não tenho muito o que falar, lembro que a turma tinha muitos alunos e tiveram que dividi em duas classes.

Na 5ª série estranhei o fato de um professor para cada disciplina, mas com o tempo me acostumei. Comecei ter muita dificuldades nos estudos, estava brincando muito, não prestava muita atenção nas aulas, até fiquei de recuperação em matemática.

Confesso que nessa época sem saber a importância que tinha o estudo na minha vida, não dava muito importância. Às vezes não prestava atenção nas explicações. Tive um professor na disciplina de matemática na 6ª e na 7ª série que fez com que eu passasse a detestar ele e a disciplina. Ele explicava muito mal e falava quem entendeu, entendeu e quem não entendeu paciência. Lembro que na 7ª série éramos 45 alunos e somente (5) cinco alunos conseguiram passar direto e os 40 ficaram de recuperação. Fomos até a diretora e reclamamos do autoritarismo dele, que não explicava os conteúdos direito e se nós seríamos prejudicados, ela disse que estudássemos e que iria conversar com ele para explicar os conteúdos mais vezes e que nós fizéssemos a recuperação. Não me lembro qual colega que relatou para diretora assim: “senhora diretora se ficou quase todos alunos de recuperação é porque o professor não está ensinando direito, eu passei em todas disciplina e só nessa que eu não consegui passar”, era o meu caso também. Fizemos a recuperação e passei não sei como, pois lembro que o conteúdo era expressões numéricas, equações e regra de três simples e eu não assimilava direito como resolvê-las.

O professor era muito carrasco e na hora de corrigir as expressões um sinal errado no final da resposta fazia com que colocasse um E bem grande de errado não considerando nada no processo de resolução da expressão, o que me fazia tomar mais raiva dele e da disciplina.

Na 8ª série me recordo de fazer um texto sobre que profissional gostaria de ser. Confesso que não só eu como meus colegas tiveram dificuldades porque não sabiam realmente que profissional desejava ser.

Escrevi que gostaria de fazer vestibular para educação física e trabalhar em alguma área relacionada a esportes, pois gostava muito de jogar bola e de fazer natação.

A 8ª série foi uma das séries mais importante para mim, foi quando eu superei o ódio que tinha da disciplina de matemática, pois nos últimos três anos havia feito recuperação nessa disciplina.

Na 8ª série graças a Deus apareceu uma professora e mudou totalmente a concepção que tinha com relação à disciplina de matemática. A professora era muito rígida, chamava mesmo a atenção na hora da explicação. Porém quando eu não compreendia o assunto ela explicava o assunto novamente no quadro e ia até minha carteira conferir se realmente eu tinha resolvido corretamente, coisa que o meu professor de matemática das séries passadas não fazia. Para quem era todo ano um dos piores alunos na disciplina em matemática melhorei muito, passei a tirar boas notas e ser um dos melhores na disciplina. Comecei a gostar da disciplina e automaticamente de estar na sala de aula, pois essa raiva que tinha da disciplina contribuía muito para que eu me ausentasse das aulas prejudicando meus estudos.

## **INGRESSO NO ENSINO MÉDIO**

Ao concluir o ensino fundamental na mesma escola ingressei no ensino médio e fiz o magistério onde pude ter um pouco de noção durante o estágio sobre a vida do professor na sala de aula, gostei da experiência e decidi que seria professor até porque também não tinha outras opções de emprego em nosso município.

No magistério fiz meu estágio numa 2ª série, a professora era muito calma e pude aprender muito com ela. Fazíamos o planejamento semanal juntos e aos poucos fui tomando gosto pela sala de aula. Quase todos os alunos já sabiam ler e escrever o que facilitava a aprendizagem nas atividades realizadas. Minha regente sempre chamava atenção a respeito do conhecimento prévio dos alunos dizendo que deve partir dele, pois facilita o processo de ensino aprendizagem.

## **INÍCIO DE CARREIRA COMO PROFESSOR**

Após ser classificado no concurso para professor, fui encaminhado para Escola Municipal 12 de Agosto, que fica há 60 km da sede na comunidade de Canabrava. Houve uma reunião com os professores para redistribuir as

disciplinas, pois as aulas já tinham começado e alguns professores não estavam satisfeitos com sua disciplina. Para minha sorte ninguém queria ficar com a disciplina de matemática, logo eu assumi o papel de professor da disciplina atuando de 5ª à 8ª série.

Essa comunidade me recebeu de braços abertos, minha irmã já tinha lecionado lá e o povo adorava ela. A escola também me recebeu muito bem, o diretor, professores, pessoal de apoio e os alunos.

Mas, antes de atuar com matemática eu lecionei numa turma de 4ª série durante um mês substituindo uma professora que adoeceu.

No início na sala de aula os alunos olhavam espantados para mim pelo fato de ser muito novo, tinha na época 18 anos. Lembro-me de fazer um planejamento mensal com a professora da turma que definiu o que seria trabalhado durante cada semana. Era tudo parecido com o que eu aprendi com minha regente durante o estágio no magistério. Porém ficou definido que eu trabalharia muitos textos para amenizar as dificuldades que os alunos tinham na escrita e na leitura. A professora escolheu alguns textos que seria trabalhado e pediu que em outro momento eu fosse até a minibiblioteca da escola e deixasse que os alunos escolhessem outros para serem trabalhados.

No meu primeiro dia de aula percebi uma grande dificuldade dos alunos na leitura e na escrita. A rotina era trabalhar com textos, ler primeiro em voz alta para eles, depois eles faziam uma leitura silenciosa, após eu tomava a leitura de cada um. Em seguida realizávamos um ditado de palavras ou de frases retiradas do texto e fazia a correção no quadro.

Antes de assumir a turma a professora já tinha distribuído livros de literatura infantil de acordo o gosto de cada um. E todos os dias dois alunos iam a frente dizer o que acharam do livro, narrando uma parte da historinha para o professor e seus colegas. Achei muito interessante a forma de essa professora trabalhar, pois ajudava a desenvolver a leitura e ainda contribuía para que os alunos perdessem o medo de se apresentar diante dos colegas. Tanto que quando tinha grêmio estudantil, os alunos dela faziam questão de ir apresentar algo.

Daniel Pennac fala sobre o estímulo à leitura, ele nos mostra através de seu trabalho como levar os alunos a desenvolver o gosto pela leitura, a despertar sua curiosidade através da leitura em voz alta feita em classe.

Para Daniel Pennac, a leitura deve ser espontânea, o aluno deve ter a liberdade para escolher o texto ou o livro que quer ler. Isso torna o momento divertido e de aprendizagem porque por mais que tenha sido o educador que proporcionou esse momento, mas foi o aluno que escolheu o que ler, ele participou da construção do seu próprio conhecimento. Nesse sentido, percebemos que ao partir da vontade do aluno a probabilidade de avançarmos no processo de leitura e garantir o ensino-aprendizagem é maior.

Além disso, têm os PCNs que orientam formas de se trabalhar a leitura e a escrita. Aponta que no processo pedagógico para alfabetizar deve privilegiar o gosto pela leitura dos textos, isso porque quando a criança se identifica com o texto a probabilidade de desenvolver no processo é maior. Não que ela vai ler somente o que chama sua atenção, o que gosta, mais partir disso. Também se faz necessário trabalhar textos da realidade do aluno, textos que despertam o interesse pelos mesmos.

Finalizou o mês, a professora retornou a turma e eu passei a lecionar com a disciplina de matemática.

Lecionando com a disciplina de matemática percebi que a maioria dos alunos não gostava dessa disciplina, sem falar que tinha muitas dificuldades, as turmas tinham níveis muito variados.

Na posição de professor de matemática fiz vários cursos de aperfeiçoamento e com o sonho em mente de um dia fazer uma graduação na área de matemática. Mas, não tinha condições de pagar uma faculdade particular e também não era ofertado esse curso em minha cidade nem nas cidades vizinhas.

Eu aprendi muito esse tempo que lecionei com a disciplina de matemática, sempre a mais odiada, a temida, a que mais reprovava, professor carrasco, aos poucos eu fui conseguindo mudar um pouco essa concepção nessa escola onde lecionei durante oito anos. Sempre busquei antes de tudo

conquistar a confiança dos alunos e em seguida mostrar que matemática é uma disciplina maravilhosa, precisamos dela todo momento no dia-a-dia. Descobri que um dos fatores que mais contribuía para que o aluno tomasse raiva da disciplina matemática era a forma como o professor avaliava os alunos durante todo processo de exercícios, testes e provas. O professor avaliava para punir e não para que houvesse aprendizagem. Percebi isso nos professores de matemática que tive e em alguns colegas de trabalho. Sabemos que avaliar é um processo muito complexo.

Tive a oportunidade de fazer a graduação em matemática, fiz o vestibular pela UNEB e fui classificado, fiquei muito feliz. Só que tive que cancelar esse sonho por um tempo, parei no quarto semestre, passei em um concurso do estado e não tive como conciliar, pois o curso de matemática era presencial.

Ainda falando da comunidade onde comecei lecionar, criei um laço de amizade muito grande, os mais velhos me tratavam como um filho e alguns alunos que tive era como se fosse um irmão para mim.

Nos primeiros anos lecionando nessa comunidade ficava lá praticamente o mês todo e só voltava para cidade no final do mês. Lá tinha um riacho e como eu sou filho de pescador levava minhas traíás para pescar. Era muito bom no final de semana, a gente pescava e todos levavam peixes para casa. Também realizava torneios de futebol envolvendo os alunos da escola o que movimentava a comunidade. Nas horas vagas, eu ensinava alguns alunos a fazer rede para pescar. Lá para roça dar água aos gados, fazia mutirão de limpeza, tudo isso contribuiu para criar um laço muito forte com toda comunidade.

## **A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NA MINHA VIDA**

Surgiu a oportunidade de prestar o vestibular em pedagogia pela UAB-UNB, não era de imediato o curso que gostaria de fazer, mais foi à oportunidade que tive para conseguir cursar uma faculdade.

A Educação a Distância é a modalidade de educação mediada por tecnologias que permitem que o educando e o educador estejam envolvidos no processo de ensino-aprendizagem através da internet.

No início foi muito complicado, adaptar a plataforma não foi nada fácil, sem falar da dificuldade no manuseio do computador. Sabemos que um curso a distância é imprescindível o uso da internet e tínhamos uma internet muito ruim no início, o que dificultava mais o envio das atividades. E como eu lecionava na comunidade de Canabrava na zona rural há 60 km da sede de segunda à quinta e lá não tinha internet, dificultava mais ainda, pois quando não conseguia tirar todas as xérox na segunda para levar, atrasava os envio das atividades e isso me prejudicava muito. Sem falar no tempo da chuva aonde a energia ia embora direto, faltava internet e comprometia o envio das atividades no prazo correto.

O tempo foi passando, fui me adaptando ao curso de pedagogia e aos poucos comecei perceber a importância, o quanto estava sendo significativo tanto na minha carreira como professor quanto na minha vida pessoal.

Comecei entender que ser pedagogo é alguém capaz de inserir sua intervenção profissional no desenvolvimento do ser humano nos mais variados ciclos da vida respeitando as formas e com lutas apropriadas a cada um deles.

Foi neste curso que tive contato com a maioria dos autores, conceitos, métodos, o olhar crítico relacionado à teoria-prática. Através da pedagogia pude construir uma visão orientadora mais clara da prática educativa.

Sobre os enfoques educacionais, reconstruir saberes a cada leitura que fazia sobre como nossa sociedade se organiza e como organizou nos diferentes contextos histórico, e as práticas difundidas nas escolas.

## **CONCLUSÃO**

Escrever o memorial educativo proporcionou uma reflexão na minha vida, na trajetória escolar e na minha trajetória enquanto profissional da educação entrelaçado com a vida acadêmica.

Foi percebido que registrar os momentos de práticas na sala de aula e as experiências vivenciadas contribuem para que o educador reconstrua os conhecimentos modificando sua prática docente. Esses registros proporcionam momentos de reflexões, inovação e melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

## TRABALHO MONOGRÁFICO

### INTRODUÇÃO

O tema em questão se refere a um problema presente em todas as escolas e com mais frequência nas escolas que oferecem a modalidade de jovens e adultos: as interrupções do percurso no processo de escolarização. Infelizmente encontramos na modalidade de ensino de educação jovens e adultos os números mais alarmantes desse fenômeno. Um dos exemplos é a Escola Municipal São Jerônimo situada na zona rural na Vila São José no município de Carinhanha Bahia, na qual os dados do ano letivo 2011, apresentaram um índice de evasão 35,4 % no segmento I da EJA.

As interrupções do percurso escolar passam a ser um problema de política pública quando o Estado visa a promoção da alfabetização como a EJA, mas em razão da complexidade na efetivação de sua função de democratização, este objetivo não é alcançado pelas escolas que ofertam esta modalidade de ensino. Acreditamos que este objetivo encontra barreiras que estão relacionadas às condições sociais e econômicas do Brasil. Cada município, cada localidade enfrenta desafios diferentes para alcançar esse objetivo de acesso e democratização da educação formal, mas em todos está presente a desigualdade econômica.

O que esta pesquisa busca é investigar quais são os fatores estruturais que impactam nas interrupções do percurso no processo de escolarização dos alunos da EJA no I segmento da Escola Municipal São Jerônimo, na Vila São José no município de Carinhanha-Ba.

Para análise de dados foram usados vários procedimentos metodológicos como análise documental ( leis, pareceres e histórico do curso estudado); aplicação de questionário com 10 alunos do segmento I (da 1ª a 4ª série), questionário semiestruturado com a gestora da instituição escolar e com a coordenadora da EJA.

A análise dos dados utilizou como embasamento teórico as leituras de Campus (2003), Souza M. A. (2007), Machado (1996 a 1998), Cury (2007),

Paiva (1997, 2004, 2008), Andrade (2004), Abrantes (1997), Oliveira (2004) Khol (2005), Paro (1999), Rodrigues (2000), Vasconcellos (2000), Ventura (2006).

Pretende-se com o desenvolvimento desse trabalho contribuir para aprofundar a compreensão do fenômeno da evasão na escola na perspectiva da política pública e assim propor ações para além da escola, com o objetivo de propor ações que efetivamente ajudem a elevar o nível de permanência na escola dos alunos da EJA e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da educação nesse nível de ensino no município de Carinhanha-Ba.

Portanto, o objetivo deste trabalho é investigar quais são os fatores estruturais que impactam nas interrupções do percurso no processo de escolarização ou permanência dos alunos da EJA do ponto de vista das condições materiais oferecidas pela escola e por outras políticas públicas que poderiam apoiar esse objetivo do governo: a promoção da alfabetização.

Ao se propor analisar os fatores estruturais que impactam na evasão como o fenômeno que se apresenta na Escola Municipal São Jerônimo colocamos em relevância a relação entre as políticas públicas e os desafios enfrentados pela gestão, pelos professores e alunos para permanecer na escola. Portanto, entendemos a importância de compreender melhor como estes fatores tem impacto na permanência ou evasão dos alunos na escola do ponto de vista da articulação entre diferentes políticas públicas e da ausência destas políticas.

**PROBLEMA DE PESQUISA:** Como os fatores estruturais das políticas de EJA impactam na permanência dos alunos na modalidade, no ponto de vista dos alunos, da gestora e das políticas municipais de uma escola pública do Município de Carinhanha?

**OBJETIVO GERAL:** Analisar os fatores estruturais que impactam na permanência ou nas interrupções do percurso escolar dos alunos a partir da

fala dos alunos entrevistados, dos gestores e dos documentos que tratam das políticas de EJA no município de Carinhanha.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- ✓ Levantar informações sobre a taxa de interrupções do percurso escolar no segmento I da EJA da Escola Municipal São Jerônimo no município de Carinhanha.
- ✓ Identificar os fatores que impactam na permanência ou nas interrupções do percurso no processo de escolarização dos alunos da EJA.
- ✓ Relacionar os fatores levantados pelos participantes da pesquisa com os dados das políticas públicas locais que podem contribuir para a permanência dos alunos da EJA.
- ✓ Comparar os fatores estruturais nas fala dos alunos, gestora e ex-coordenadora da EJA, e confrontar com os que são oferecidos pela política do município e pelo governo a fim de elevar o índice de permanência e conclusão dos alunos da EJA.

## **CAPÍTULO I – REFERÊNCIAL TEORICO**

### **Educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho: Sujeitos da EJA**

O presente capítulo busca fazer um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, buscando compreender sua trajetória de exclusão e suas conquistas e uma caracterização geral dos sujeitos da EJA. Observaremos que é polêmica e complexa a história da EJA e que está ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizam os diferentes momentos históricos do país.

#### **1.1 Contexto histórico da EJA – Educação de Jovens e Adultos, no Brasil.**

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil apresenta muitas variantes desde a colonização brasileira, por estar fortemente relacionada às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que moldaram os diversos momentos históricos do país.

“A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 1930, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos”.

O desenvolvimento industrial do início do século XX alavancou o ensino para jovens e adultos, não meramente com objetivos de formação para a cidadania, mas sim, para formação de mão de obra como mostra o texto da Proposta Curricular da EJA (1997, p. 30).

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos.

Nesse contexto social que requeria qualificação da força de trabalho visando atender as necessidades do processo de industrialização,

[...] a problemática da EJA ganha expressão neste período. A Constituição de 1934 consolida o dever do Estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva, inclusive, aos adultos (Art. 150). Não obstante, se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a inauguração, em meados da década de 1940, de uma política oficial de educação para jovens e adultos trabalhadores, no Brasil, está inserida em um processo histórico mais amplo. Em decorrência, inaugura-se um período marcado pelo surgimento de propostas para a educação da classe trabalhadora. Foi a partir da década de 1940 que o espaço específico da educação de jovens e adultos se delineou (VENTURA, 2006, p. 02).

Vale destacar, portanto, que as propostas de educação da classe trabalhadora a partir da década de 1940, estavam ligadas à consolidação da substituição de importações, vividas nesse período no Brasil, com objetivo de acelerar o crescimento industrial, principalmente após o fim do Estado Novo, em 1945. Justificava-se assim, uma política educacional voltada para a Educação de Adultos com objetivo de formação de mão-de-obra, para atender as exigências do mercado de trabalho daquele período. Além desse interesse, prevaleceu o caráter eleitoreiro, pois naquele momento analfabeto não votava e buscou-se uma escolarização através da alfabetização em três meses e a condensação do curso primário em sete meses, por meio da Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos.

O grande mérito da Campanha Nacional de Educação de [Adolescentes] e Adultos [CEAA] foi propiciar uma estrutura nacional considerando-se que os Estados não possuíam verbas para tal e ela só ocorreu em função do Fundo Nacional do Ensino Primário que destinava à educação de adultos (EDA) 18% do seu percentual. Com a desativação da Campanha os sistemas por ela implementados deram origem ao supletivo (SILVA, 2004, p. 54).

Na década de 1940 e 1950, foram criadas Campanhas para atender aos adultos não escolarizados, pois o analfabetismo era considerado como causa das mazelas da situação econômica, social e cultural do país. Campanhas estas que perduraram até o início da década de 1960, quando foram desativadas em função do Plano Nacional de Alfabetização, em 1963.

De 1950 a 1960, alguns setores da sociedade, cansados com os descasos do governo, começaram a questionar os resultados negativos das campanhas. Em meio a tanta indignação,

As vozes teóricas passaram a denunciar o curto período destinado à alfabetização e os encaminhamentos metodológicos adotados. Com isto e com o avanço da modernização, a escola continua sendo necessária para um número cada vez maior de brasileiros, e o Estado e setores privados passaram a oferecer cursos noturnos, como opção para alunos trabalhadores. Surgem organizações de luta pelos problemas sociais e, entre estes, também pela educação. Neste contexto, ganham força as ideias de Paulo Freire, que pensa a alfabetização de adultos com um sentido de conscientização e leitura de mundo (PAIVA, 2006, p. 02).

Como marco histórico da EJA, temos a década de 1960, período em que os movimentos sociais e de alfabetização de adultos deram novo impulso à educação de adultos, enquanto movimentos de educação popular, sob a influência da sociedade civil, do Estado e da Igreja Católica. Estes movimentos promoveram a,

[...] Educação Popular, desenvolvida por inúmeros movimentos sociais: Movimento de Educação de Base – MEB, proposto e

praticado pela Igreja Católica, vivo e atuante até hoje; União Nacional dos Estudantes – UNE, com os [Centros Populares de Cultura - CPC]; os Círculos de Cultura do grande educador popular Paulo Freire, e sua prática Educativa, estabelecendo o diálogo com as culturas, a partir da cultura do aluno e a continuidade do conhecimento. (FREIRE, apud, ROMÃO, 2006, p.16).

Além dos movimentos acima citados, outros movimentos também se empenharam na Educação Popular, como: Movimento de Cultura Popular (MCP), de Recife, em que Paulo Freire deu início às suas ideias no campo da educação de adultos; Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler em Natal RN etc.

A ideologia político-cultural dos movimentos de educação popular, envolvendo estudantes, partidos políticos de esquerda, a Igreja e outros segmentos, visava atrair e organizar a população, no sentido de questionar a estrutura social daquele momento, visto que,

O populismo, que caracterizava a política dessa época, por sua vez também mobilizava as massas e precisava da alfabetização de adultos, porque a cada alfabetizado correspondia um voto. A marca desse populismo é a ambiguidade, pois ao lado dessa manipulação, defendia a independência nacional e uma sociedade igualitária (PAIVA, 1997, p.05)

Notamos nessa trajetória, um jogo de interesses por parte do poder público ao privilegiar os interesses de classes e políticos, conforme as necessidades primordiais da sociedade capitalista, ao propor algo para a educação, principalmente no que tange a Educação de Adultos (EDA).

Com objetivo de mudar a história da EJA no Brasil surge o Sistema Paulo Freire, com concepções mais humanas de conscientização política. O mesmo foi desenvolvido em Recife Pernambuco, e posteriormente estendido a Angicos, Rio Grande do Norte e com o sucesso obtido, essa experiência ficou conhecida em todo o Brasil em 1963, sendo praticado por inúmeros grupos de cultura popular. De acordo com essas ideias,

[...] a Educação Popular, de corte progressista, democrático, superando o que chamei na Pedagogia do oprimido, uma “educação bancária”, tenta o esforço necessário de ter no educando um sujeito cognoscente, que, por isso mesmo, se assume como um sujeito em busca de, e não como a pura incidência da ação do educador. [...] são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta (FREIRE, apud, ROMÃO, 2006, p.16).

O mais importante na concepção de Paulo Freire é sua preocupação com uma prática educativa mais humana, mais igualitária e mais democrática, permitindo que esses sujeitos aprendendo a refletir o seu próprio espaço de vivência com suas experiências, seus problemas, sejam capazes de ir em busca de soluções transformadoras de sua realidade. Por isso suas ideias não foram aceitas, pois não condizia com as ideias da classe dominante.

Como prova dessa não aceitação foi o que ocorreu com o Golpe Militar de 1964, em que a quase totalidade dos movimentos de alfabetização voltados para uma cultura popular foram extintos ou reprimidos, dentre eles: o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em 1960, com uma concepção esclarecedora dos trabalhadores, do qual Paulo Freire participava; assim como a Campanha de pé no Chão Também se Aprende a Ler, criada em 1961, que visava estender as oportunidades educacionais à toda população; o Centro Popular de Cultura – da UNE, criado em 1960; e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, sob a liderança da Igreja Católica, o qual sobreviveu ao Golpe Militar por estar ligado ao MEC e à Igreja Católica, mas tendo que alterar toda sua proposta de ensino e metodologia utilizada, adequando aos interesses do governo militar.

No entanto, devido à escassez de recursos financeiros e às pressões, grande parte desse sistema encerrou suas atividades em 1966, especialmente aqueles que não concordaram com a nova proposta pedagógica que orientaria seu trabalho.

Embora reprimidas, as ideias de Paulo Freire se propagaram e são referências principalmente na área de Educação de Jovens e Adultos, com a

visão de poder oferecer a esses sujeitos uma oportunidade que perderam no momento mais oportuno de suas vidas, no sentido de proporcionar uma qualidade de vida mais humana, conscientização política e maior participação social (Souza, 2007, p. 34-35).

A década de 1970, ainda sob a ditadura militar, marca o início das ações do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, que era um projeto com caráter de campanha que se propunha a acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Porém essa meta não foi atingida. O programa passou por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças.

A Lei LDB n.º5.692/71 implantou o ensino supletivo, em 1971, um dos marcos na história da educação de jovens e adultos do Brasil. Nessa década foram criados os Centros de Estudos Supletivos em todo o país, com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, com o objetivo de atender às necessidades de uma sociedade em processo de modernização, escolarizando um grande número de pessoas, por um baixo custo, satisfazendo às necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior. Porém, o seu caráter de suplência e não de formação do ser humano para o trabalho, de forma digna e capaz de proporcionar cidadania ao trabalhador, deixou muito a desejar.

Em 1985 o Mobreal foi extinto e substituído pela Fundação EDUCAR – Fundação Nacional de Educação, cujo objetivo era fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos, a extinção do analfabetismo, através de apoio e estimulação de projetos de educação de adultos, porém, essa veio a ser extinta logo no início do Governo Collor (Souza, 2007, p. 35).

Em meio a repressão, foram organizados movimentos sociais, em prol da educação pública, com um enfoque para o debate da Educação de Jovens e Adultos os quais foram de importância fundamental, para a educação no Brasil. Esses movimentos renasceram no final da década de 1970, e floresceram na década de 1980, promovendo discussões com uma face sindical, atuando como instâncias educativas que mobilizaram a população de diversas

categorias e serviram para organizar movimentos em busca de lutas mais amplas, principalmente na educação, com a manifestação dos professores e o surgimento de associações dessa classe, com caráter sindical, e, como resultado, a reivindicação por criação de escolas, creches e pela democratização do ensino.

Com o fim do regime autoritário, o processo de redemocratização já idealizado na década de 40, ganha novo impulso em busca da concretização na década de 80, permitindo que a maioria da população em idade escolar tivesse acesso garantido por lei ao sistema de ensino, pois nesse momento a maioria da população brasileira é urbana e requer uma maior escolarização. Mas, juntamente com esse acesso, a qualidade do ensino vem caindo, pois a escola, não estava preparada para receber todo esse público alvo, tanto em termos de infraestrutura, quanto em termos de recursos humanos e do processo pedagógico. Além desse aspecto, a realidade da estrutura familiar também vem mudando nos últimos anos e muitas famílias não têm condições de ajudar ou mesmo incentivar seus filhos. Paralelamente a vários fatores de ordem política, econômica, e social, os meios de comunicação contribuem para que haja um desestímulo das atividades escolares, pois eles são mais atrativos. Com toda esta efervescência no campo social, político e cultural, no campo econômico, para alguns autores,

[...] a década de 1980, por outro lado, é uma década perdida em matéria de desenvolvimento; o Produto Interno Bruto diminui praticamente 6%, 7% em algumas sociedades. Também cai a renda real dos indivíduos e caem todos os indicadores que haviam sido positivos nas décadas anteriores. Dessa forma, sofre a educação também. Sofre porque há uma queda da destinação de recursos (TORRES, 2006, p. 23).

No início dessa década a sociedade brasileira viveu importantes transformações políticas e sociais, com o fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização. Como exemplo, basta lembrar-nos da campanha nacional a favor das eleições diretas. A partir dessa época a educação escolar que até então era privilégio de poucos, começa o seu período de abertura e oferta à população em geral. Porém, os problemas de

exclusão continuam, não por falta de acesso ou direito, mas porque o sistema não dá condições para que as pessoas permaneçam na escola, incluindo nesse processo uma série de fatores: políticos, econômicos, sociais e culturais que não cabem apenas à escola a responsabilidade. Nesse sentido vale destacar que “A EJA é uma conquista da sociedade brasileira. O seu reconhecimento como um direito humano veio se dando de maneira gradativa ao longo do século passado, atingindo sua plenitude na Constituição de 1988” (HADDAD, 2007, p. 04).

O reconhecimento desse direito se dá à medida que o poder público reconhece a necessidade de oferecer aos jovens e adultos trabalhadores que não tiveram acesso à escola, na idade própria, a mesma oportunidade oferecida aos alunos que frequentam normalmente as escolas regulares, dentro de um limite adequado de idade. Esse reconhecimento de que todo o cidadão brasileiro tem o mesmo direito de frequentar a escola, ocorre no contexto de democratização da sociedade brasileira, após 20 anos de ditadura militar.

Ventura (1988), em um de seus artigos, cita que,

A Constituição de 1988 declara que a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. (Art. 205). Suas Disposições Transitórias estabeleciam um prazo de dez anos durante o qual a sociedade e Estado deveriam convergir esforços em direção à superação do analfabetismo e à universalização do ensino fundamental, para cujos fins deveriam ser direcionados 50% dos recursos vinculados à educação. Essa legislação significou um avanço, visto que “firmou uma intencionalidade política, estabeleceu uma meta, reconhecendo a necessidade de se instalar no plano dos direitos um caminho para superar a injustiça no plano social” (HADDAD, apud, VENTURA, 1988, p. 112).

Logo após a aprovação da Constituição de 1988, ocorreram fatos que impediram ou dificultaram a concretização dos direitos assegurados pela mesma. Esses fatos estão ligados às reformas neoliberais dos governos posteriores: Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique

[...] são aprovados dois outros instrumentos de reforma: a Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei nº. 9.424, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (VIEIRA, 2007, p. 167).

Esses instrumentos limitaram a execução do direito à EJA, impedindo a sua universalização e a sua oferta com qualidade. A Lei nº. 9.424/96, que regulamentou o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), deu prioridade de investimento ao ensino de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, excluindo a EJA dos recursos do Fundef, provocando assim um desestímulo à educação de jovens e adultos. Já a nova LDB, Lei nº 9394/96, embora tenha reconhecido a EJA, deixou a desejar, visto que, tratou-a apenas como suplência e não possibilitou que fossem oferecidas paralelamente ao direito, as condições de acesso e permanência, para sua concretização.

Essa realidade ainda perdura atualmente em algumas escolas das redes públicas que trabalham com essa modalidade, pois essas não possuem às vezes, as condições fundamentais para que o aluno entre e permaneça. Haja vista que essas condições não dependem apenas da escola, mas de um conjunto de fatores relacionados ao sistema público de ensino, como: falta de infraestrutura e material de apoio pedagógico na maioria das escolas, falta de capacitação para os profissionais da educação, melhoria de salários capaz de proporcionar a disponibilidade dos professores apenas a uma rede, concepção tradicional arraigada da maioria dos professores que resistem às mudanças, entre outras.

Com relação à nova Lei, resultante da Constituição de 1988,

[...] têm-se hoje uma nova L.D.B. Não a de nossos sonhos, mas a que resultou de um embate concreto das forças sociais organizadas. Mesmo não trazendo a concepção de jovens e adultos que se desejava, pelo caráter restrito de educação que propõe, pode-se ampliar a leitura do texto legal e encontrar nele passagens por onde se trilhem caminhos mais permanentes para a educação de um segmento afastado das virtualidades do saber ler e escrever, com autonomia, no mundo contemporâneo (Paiva, apud, PAIVA, 1997, p. 90).

No final da década de 1980, houve um salto em relação ao processo educacional, pois, passou a haver discussão da EJA dentro do espaço escolar, que até então tinha uma marca de suplência mantida pela coordenação dos estados e fora dos sistemas oficiais de ensino. Os municípios, através de projetos específicos iniciaram a EJA nos sistemas de ensino, embora com dificuldades financeiras, visto que, o governo federal, Fernando Henrique vetou o artigo que incluía a matrícula da EJA, nos cálculos do Fundef. Nesse governo, o processo de descentralização foi implementado e com o Fundef - uma política educacional baseada em quatro objetivos: justiça social, equidade, efetiva descentralização e melhoria do ensino. Aos olhos do governo, esse processo de descentralização foi de grande avanço, mas na verdade, segundo Arelaro, (2005, p.05), “a implantação do Fundef demonstra que esse Fundo foi uma forma “criativa” de o Governo Federal investir menos, do pouco que já investia na área da Educação”. Na verdade o principal objetivo do Fundef era a municipalização do ensino fundamental, priorizando o ensino fundamental, dissociado da Educação de Jovens e Adultos, excluindo também outras modalidades de ensino.

Portanto, a década de 1990 inicia com uma nova Constituição que ao menos no papel garantiu o direito de acesso a todas as pessoas, independentemente da idade, ao ensino fundamental. Na Conferência Mundial sobre Educação para todos, em Jomtien, Tailândia, emerge a EJA como primeira etapa da educação básica. Das lutas advindas da sociedade civil, a EJA passa a ter a mesma importância em relação às outras modalidades de ensino, (Souza, 2007, p.17).

A Lei nº. 9.394/96 confere a EJA um enfoque de compensação, mas não de formação, quando se refere à mesma como “cursos e exames supletivos”, visto que, a mesma não era viável economicamente para o Estado, pois, a melhor forma de promoção da alfabetização seria de forma gradual começando pelas crianças. Quando surge algo para a educação de adultos o objetivo é de atender interesses econômicos, sem pensar no direito de qualquer ser humano à escolarização e tão pouco nas condições humanas que interferem nos mesmos.

Contraopondo-se a este olhar, em 19/07/2000 foi homologado o Parecer das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, que considera a mesma, como uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média. Ele confere a essa modalidade, algumas funções, como:

[...] função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se deve confundir a noção de reparação com a de suprimento. [...] função equalizadora vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional, dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. [...] função permanente da EJA, que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (BRASIL, CNE/CEB, 2000, p. 07, 09, 11).

Entendemos que o Parecer, através da função reparadora, garante não apenas um caráter de suplência, mas uma oportunidade concreta, ou seja, não só de acesso, mas de permanência ou presença de jovens e adultos na escola. Dessa forma, a função reparadora funciona como ponto de partida para a função equalizadora, que proporciona a igualdade de oportunidades para os jovens e adultos e significa se qualificarem não só profissionalmente, mas também adquirir melhor qualidade de vida, visto que, todas as pessoas sem distinção de idade, cor, raça, tem direito de participar de troca de experiências mais diversas, ampliando assim os horizontes do conhecimento, através do contato principalmente com as gerações mais velhas que muito tem a ensinar para as novas gerações e essas, da mesma forma contribuem com a nova forma de ver o mundo, entrelaçando as diferentes visões.

De acordo com o Parecer 11/2000, a EJA não pode ser considerada apenas como um processo de alfabetização, pois, seu objetivo é a formação do cidadão trabalhador, leitor de várias linguagens. Portanto, enfatiza a necessidade de um modelo pedagógico próprio, com objetivo de garantir uma aprendizagem satisfatória, ou melhor, de qualidade aos sujeitos da educação de jovens e adultos.

Em 1996, é aprovada a LDB 9.394/96, na qual existem dois artigos tratando da EJA. Por fim, em 2000, foram aprovadas as diretrizes curriculares Nacionais para a educação de Jovens e Adultos.

Em 1997, em Hamburgo (Alemanha) num contexto de continuidade de outras Conferências Internacionais que vinham acontecendo na mesma década, realizou-se a V CONFINTEA. Esta conferência consta na história da EJA de maneira singular, por ter posto em marcha um intenso movimento de preparação mundial com certa antecedência. Ela acontece a partir de um amplo processo de consultas preparatórias (IRELAND, 2000:15) realizadas nas cinco grandes regiões mundiais consideradas pela UNESCO, acrescidas da Consulta Coletiva as ONGs, de onde foram consolidados relatórios para a Conferência Internacional.

Sob o tema da aprendizagem de adultos como ferramenta, direito, prazer e responsabilidade, o evento contou com a participação de mais de 170 estados membros, 500 ONGs e cerca de 1300 participantes.

A partir de 1999 começa a realização de Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos em todo o País, demonstrando a organização da sociedade civil no debate em torno da educação (Souza, 2007, p. 36).

No governo do Presidente Luís Inácio da Silva (Lula) surgiram outros programas de alfabetização como: o Programa Brasil Alfabetizado.

Em 2003, o Presidente Lula tenta responsabilizar o MEC quanto a Educação Profissional e em 2005, surgem os Programas de EJA com qualificação profissional, como Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Proeja. Em 2006, o governo Lula em seu segundo mandato cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos

Profissionais de Educação Básica (Fundeb), através da Emenda Constitucional nº. 53, de acordo com a Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, que, Regulamenta o Fundeb.

Sobre a regulamentação do ensino fundamental, como direito de todos pelo Fundeb, Cury (2007, p.485), comenta,

Hoje sob a emenda constitucional do FUNDEB e de leis que alteraram a LDB, ele é obrigatório não só para as pessoas de 6 a 14 anos e gratuito para todos na rede pública. Aquele cidadão que não houver tido acesso a esta etapa da escolaridade ou não a tiver completado; na inexistência de vaga disponível na rede pública, deve recorrer às autoridades competentes. Se tal obrigação não for satisfeita, o cidadão como titular desse direito, pode recorrer à justiça e exigir sua vaga. Tal é a marca na proteção trazida pelo fato de ser direito público subjetivo. O direito público subjetivo está amparado tanto pelo princípio que ele o é assim por seu caráter de base (o ensino fundamental é etapa da educação básica) e por sua orientação finalística (art. 205 da Constituição Federal), quanto por uma sanção explícita para os responsáveis (governantes ou pais) quando de sua negação ou omissão para o indivíduo – cidadão. Para os anos obrigatórios, não há discriminação de idade. Qualquer jovem, adulto ou idoso tem este direito e pode exigi-lo a qualquer momento perante as autoridades competentes.

Para possibilitar a concretização deste direito, hoje o aluno da EJA tem um valor, ainda que em percentual menor que as outras modalidades, pois o Fundeb passou a financiar toda a educação básica do Estado, ou seja, passou a atender a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e nesses níveis a modalidade Educação de Jovens e Adultos, além de outras modalidades. Quanto à articulação da EJA com Educação Profissional, uma das últimas conquistas se deu através do Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2.006, pelo presidente Lula, constando no seu artigo primeiro, o seguinte:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, conforme as diretrizes estabelecidas neste Decreto:

§ 1º O Proeja abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I – formação inicial e continuada de trabalhadores; e

## II – educação profissional técnica de nível médio.

É importante ressaltar a Resolução Nº 2 do CNE de 30 de Janeiro de 2012, que estabelece as novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, justamente por que são diretrizes: conjunto de normas e regras que organizam determinado campo de atuação, e portanto deverão ser utilizadas pelas redes de educação para organizarem seu sistema escolar e pelas escolas para guiar as propostas de trabalho a serem desenvolvidas.

Também é preciso mencionar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. A medida intensifica o programa de expansão de escolas técnicas em todo o País.

Até 2014, o Governo Federal prevê a construção de 208 novas unidades da rede em duas fases. Na primeira fase, em execução, serão construídas 88 unidades que devem ser inauguradas até 2012. Para 2013 e 2014, deverão ser construídas outras 120 unidades.

Ao todo, será formada uma rede com cerca de 600 escolas técnicas profissionalizantes, administradas pelos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Isso equivale a um atendimento direto a 600 mil estudantes em todo o País.

Observamos ao longo do contexto histórico que desde o início a Educação de Adultos foi desprivilegiada, servindo apenas para aprender a ler e escrever, com um caráter eleitoreiro e compensatório, enquanto a Educação Profissional teve um enfoque maior, pois é vista como ponto estratégico do desenvolvimento econômico do país. Só agora surge uma oportunidade de aproximação entre educação profissional e educação de jovens e adultos, ou seja, uma integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, que exige mudanças ao tratar essa diversidade.

## **1.2 Histórico da educação de jovens e adultos no município de Carinhanha-Ba.**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada, como bem ressalta a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN ou LDB), Lei nº. 9.394/96:

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988, artigo 205). O dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (LDB, Lei nº. 9.394/96, artigo 4).

O Ensino da EJA – iniciou nesse município como Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos atendendo apenas os módulos que correspondiam aos anos iniciais do Ensino Fundamental, no ano de 2007 ele tornou-se uma modalidade do Ensino Fundamental ampliando sua oferta até os módulos que correspondem aos finais do Ensino Fundamental.

No ano de 2009 por meio do Parecer nº 05/2009 – CME/CEB, houve a normatização da referida modalidade no Sistema Municipal de Ensino de Carinhanha – BA e através do Parecer nº 09/2010 - CME/CEB houve a Reformulação da Matriz Curricular. O público alvo dessa é composta de jovens e adultos de todos os sexos e etnias, que frequentaram ou não a escola na sua idade mais propícia.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Carinhanha (SME-CNN), essa modalidade de ensino é ofertada da seguinte forma.

Segmento I – Com duração de dois anos é estruturada com os módulos 1 e 2, que corresponde a integralização dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Trabalha com as disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática,

Ciências, História, Geografia, Educação Física. A disciplina de Artes é somada entre as demais disciplinas do currículo.

Segmento II – Com duração de dois anos é estruturada com os módulos 3 e 4 que corresponde a integralização dos anos finais do Ensino Fundamental. Trabalha com as disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia e Língua Inglesa. As disciplinas de Arte, Redação, Educação Tecnológica, Educação Física, Filosofia são somadas entre as demais disciplinas do currículo.

A modalidade EJA atende também através do SBA (Sistema Brasil Alfabetizado) e pelo TOPA (Todos Pela Alfabetização) programas para jovens e adultos que nunca frequentaram a escola ou que não concluíram o seu processo de alfabetização.

O programa TOPA facilita a permanência dos alunos na escola na medida em que fornece todo material didático durante o ano letivo. Isso porque a maioria dos alunos não tem renda salarial, vivem do trabalho braçal no dia-a-dia.

O programa TOPA que se encontra na sua quarta etapa pretende atender 516 alunos e o programa SBA pretende atender 1020 alunos, Com isso a Secretaria de Educação visa diminuir gradativamente o analfabetismo no município.

Segundo a gestora da instituição onde foi realizada a pesquisa, no município cada escola vive um problema, mas geralmente no início do ano letivo, existe uma campanha para matrícula, os professores vão de casa em casa; acontece aquilo chamamos de injeção de ânimo. Porém, após a primeira unidade letiva começamos a ver os alunos diminuindo, então buscamos resgata-lo, mas quando chegamos a sua casa a primeira explicação é que não consegue conciliar o trabalho com a escola e o segundo problema é o de visão principalmente entre os de idade mais elevada. Todos os anos nos períodos de colheitas (nas regiões próximas), os alunos fazem um processo de migração permanecendo fora do seu domicílio 03 ou até mais meses, outros permanecem na localidade mais tem que sair em busca de serviço nos

povoados, assim a escola fica em segundo plano.

### **1.2.1 Outros programas e formas de atendimento ao público da EJA**

O município fez adesão a vários programas a exemplo do Programa de Alimentação Escolar, através do Projeto Educando Com a Horta Escolar contemplando 100% das Unidades Escolares municipais, PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, PROJOVEM – Programa de Assistência Social, CRAS - Centro de Referência e Atendimento Social, porém não há nenhum tipo de atendimento prioritariamente ao público da EJA.

### **1.2.2 - Legislação/normatização atual, estadual/municipal, em relação à Educação de Jovens e Adultos.**

“De acordo com o as constantes mudanças na Legislação da Educação no cenário Nacional e Estadual e em observância a Lei Federal 9394/96 em especial no artigo 37 e na Resolução do CNE/CEB nº 01 de 05 de julho de 2000 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e nas orientações decorrentes do Parecer CNE/CEB nº 11 de 7 de junho de 2000 diante do exposto foi aprovada a normatização da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em 16 de março de 2009, no município de Carinhanha conforme o Parecer nº 05/2009.”

A resolução de CNE/CEB Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nº 03/2010, institui aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos e exames de EJA, à certificação nos exames de EJA, à educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EAD) a serem obrigatoriamente observadas pelos sistemas de ensino, na oferta e na estrutura dos cursos e exames de Ensino Fundamental e Ensino Médio que se desenvolvem em instituições

próprias integrantes dos Sistemas de Ensino Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

### **1.2.3 Fontes de Financiamento para EJA**

De acordo o documento analisado<sup>1</sup>, os recursos aplicados na EJA são oriundos do FUNBEB para remuneração de professores e outros gastos: porém, não há uma cota específica destinada exclusivamente para tal.

O município recebe recursos conforme as resoluções seguintes: Resolução nº 38/2009 do FNDE. Art. 1º, esta resolução estabelece as normas para execução técnica e administrativa do PENAE e para a transferência de recursos financeiros, em caráter complementar, aos Estados, ao Distrito Federal, aos municípios e as entidades federais para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios. Parágrafo 3º. A educação básica formada pela Educação infantil, Ensino fundamental e Ensino médio, conforme a lei nº. 9396/94 incluindo a modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos – EJA. E para o transporte escolar recebe recursos do PNATE.

### **1.3 Sujeitos da educação de jovens e adultos e o trabalho**

O trabalho enquanto possibilidade de ser previamente concebido, pensado, idealizado, projetado é uma capacidade exclusivamente humana. Na visão de Paulo Freire (1.999, p30) “O homem é um ser em construção; é um ser inconcluso, incompleto”.

De forma geral, esses mesmos sujeitos que precisam trabalhar, para o seu sustento e o sustento de outras pessoas, são vistos como uma massa de alunos, sem identidade, desmotivados pelo fracasso escolar que os levam a receber vários rótulos (defasados, burro velho não aprende, repetentes, evadidos). Esses rótulos no decorrer do processo de ensino educacional

---

<sup>1</sup> Fonte: Setor de contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, ano 2010.

condicionam a baixa autoestima e falta de confiança na capacidade de aprender, que leva a maioria dos alunos, principalmente os jovens a não permanecerem na escola, isso porque eles incorporam o sentimento de incapacidade que durante muito tempo foi inculcido neles (Souza, 2007, p. 104).

A presença de jovens na EJA, em grande parte diz respeito a problemas de não permanência e insucesso no Ensino Fundamental “regular”. Mesmo com a garantia por lei do acesso para todas as crianças, a qualidade não foi garantida de forma a permitir que essas crianças permaneçam e aprendam. Isso ocorre porque a sociedade brasileira não conseguiu diminuir as desigualdades socioeconômicas e as famílias buscam no trabalho das crianças um meio de complementação de suas necessidades básicas, tirando das crianças e jovens o direito de frequentar a escola na idade própria. Mais tarde, quando percebem a falta da escolaridade, esses jovens procuram a escola, dando preferência a EJA, com o intuito de acelerar os estudos, exigidos pelo mercado de trabalho.

Os sujeitos da EJA são pessoas excluídas do processo educacional escolar, pois tiveram o acesso negado à educação na idade própria ou dela foram excluídas, acarretando assim uma defasagem na idade série, que pode levar a condição de um trabalho mais explorado ou direcionado aos trabalhos manuais. Porém, através de lutas constantes essa situação está mudando,

A educação de jovens e adultos, na contemporaneidade, adquire um novo sentido. Este sentido é fruto das práticas que se vão fazendo nos espaços que educam nas sociedades: escolas, movimentos sociais, trabalho, práticas cotidianas. Assim desenvolvida, legitima-se por meio de ordenações jurídicas, de acordos, firmados e aprovados pelas instâncias de representação que conformam as normas da ordem social (PAIVA, 2004, p. 29).

O tema em questão contribui para a compreensão da complexidade em razão da diversidade no campo dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional (EP). A EJA uma modalidade de ensino, amparada por lei, para atender as pessoas que têm sua própria cultura, mas que por algum motivo não tiveram acesso ao ensino regular na idade

adequada. De acordo com o Documento Base Nacional do Ministério Educação, sobre o Proeja:

EJA é o espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes de vivências, que contribuem para a formação de jovens e de adultos como sujeitos da história. Negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens; jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores; trabalhadores ou desempregados – de diferentes classes sociais; origem urbana ou rural; vivendo em metrópole, cidade pequena ou campo; livre ou privado de liberdade por estar em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais – todas elas instituem distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA (BRASIL, 2008, p. 01).

Do exposto acima entendemos a amplitude ou dimensão dos sujeitos da educação de jovens e adultos, no sentido de que os mesmos representam a maioria da classe trabalhadora, responsável pela geração de riquezas por meio do trabalho manual, ou seja, a base sustentável de uma grande parcela da população. Apesar de tudo, são eles que vivenciam tanto em seu cotidiano familiar, como na comunidade os males gerados pela sociedade, como: crítica, discriminação, preconceito, vergonha, miséria, e outros. De acordo, com Khol (2005, p. 59):

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo.

Num país com grande índice de analfabetismo total e funcional, falar de EJA é garantir ao menos a educação básica, e, notamos que esse campo é complexo e rico, pois há uma heterogeneidade cultural com diferentes graus de capacidades além de diferentes experiências de vida que muito contribuem no mundo do trabalho e que devem ser valorizadas.

#### **1.4 Os diferentes aspectos nas interrupções do percurso escolar na EJA**

A EJA é uma modalidade de ensino reconhecida na LDB 9.394/96, que no seu art. 37 destaca: “A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudar no ensino fundamental e médio na idade própria”. Ou seja, a EJA é voltada para um grupo que já foi excluído da escola. A marca desta exclusão não é apenas econômica, mas social e cultural. Portanto, as barreiras enfrentadas pelos alunos devem ser conhecidas para que sejam enfrentadas com eficácia.

A educação de jovens e adultos tem como foco a população mais carente que não teve oportunidade de estudar na idade certa devido as condições precárias em que a sociedade colocava para a classe dos trabalhadores.

A educação de jovens e adultos EJA é a modalidade de ensino cuja trajetória na educação brasileira tem sido marcada pelo alto índice de evasão escolar. Muitos alunos precisam trabalhar para ajudar no sustento da família e não conseguem conciliar a escola com o trabalho, e não tendo opção acabam evadindo da escola. A falta de políticas públicas voltadas para essa modalidade também contribui para a não permanência dos alunos da EJA durante toda etapa do ano letivo.

Para Campos (2003) evasão escolar na EJA pode ser registrada como um abandono por um tempo determinado ou não. Diversas razões de ordem social e principalmente econômica concorrem para a Evasão escolar dentro do EJA, transpondo a sala de aula e indo além dos muros da escola.

As interrupções do percurso escolar, na maioria das vezes, são ocasionadas pelo fato que alunos não conseguem conciliar trabalho e estudo, às vezes é falta de interesse pela escola, dificuldade de acesso à escola. Em várias pesquisas esses são os principais motivos da desistência de jovens e adolescentes ao estudo. Quando mostra também que EJA é frequentada por jovens e adultos de baixa renda que já constituíram família, e que são provenientes em sua maioria da classe baixa. Daí vem à necessidade de trabalhar para sobreviver.

Podemos dizer que os alfabetizando da EJA são trabalhadores que, desde muito cedo, precisam ingressar no mundo do trabalho. São advindos das classes trabalhadoras, produtos da sociedade capitalista, que impôs desafios e a busca pela sobrevivência. Essas pessoas são de origem humilde, as famílias geralmente são numerosas vive com sacrifício, com muito trabalho e pouco lazer. (SOEK, HARACEMIV e STOLTZ, 2009, p.23).

O analfabetismo tem sido uma questão de grande discussão a respeito da educação e sua democratização. Não é de hoje que se observam as mesmas dificuldades com respeito à aprendizagem de alunos adultos, às inúmeras reprovações e interrupções do percurso escolar.

É importante analisar atentamente as condições estruturais e material oferecido para os alunos que frequentam a escola, pois jovens e adultos possuem toda uma história e condições econômicas que não podem ser ignoradas pelo gestor da escola. O educador ao saber dessas dificuldades que os mesmos vêm passando ao longo da sua trajetória de vida, analisando as expectativas do educando adulto, deve crescer seu interesse por conhecer mais o contexto do seu aluno e mostrar a ele que a verdadeira aprendizagem depende muito mais que atenção às revelações feitas pelo professor e atividades mecanizadas de memorização, depende de que ele se perceba como sujeito histórico social e que se sinta autônomo em sua história.

Segundo Cury (2007, p.490): “A permanência se garante com critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico próprio do ensino / aprendizagem”. Por critérios extrínsecos entende-se entre outros aspectos, as políticas públicas, as condições sócio-econômicas, psicológicas e afetivas em que esse sujeito se insere e por critérios intrínsecos os processos políticos, sociais e pedagógicos, inerentes a comunidade escolar, sendo esse último um dos fatores diretamente responsável pela não permanência do aluno.

A evasão escolar é um tema que expressa a relação do aluno e o meio em que ele vive, é um fracasso produzido dia a dia por fatores estruturais e funcionais do sistema educacional.

Estudos que abordam o fracasso e a evasão escolar apontam, de modo geral, que a necessidade de trabalhar ainda é o maior empecilho para jovens e adultos continuarem sua vida estudantil.

Para Luck (1998), o maior desafio que se apresenta hoje para a escola é a garantia da permanência das pessoas jovens e adultas no sistema formal de educação e a conseqüente conclusão da educação básica.

De acordo com Moura (2006, p. 4), “as demandas sociais por políticas públicas voltadas à educação de jovens e adultos devem basear-se em ações que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas desses educandos”. Para atender essa demanda de políticas sociais surge à necessidade de oferecermos meios a esses sujeitos da EJA para que tenham condições de permanecerem estudando e aprendendo uns com os outros, visto que a lei garante as condições de acesso e permanência do aluno, como podemos observar através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394 (BRASIL, 1996).

No papel a lei proporciona as condições de acesso e a permanência na escola aos jovens e adultos, porém, a lei é apenas um suporte, essas condições precisam ser garantidas no dia a dia do processo educacional, no sentido de cobrar das políticas públicas o cumprimento dessas condições.

### **1.5 A importância do transporte escolar**

Na luta para assegurar a permanência no ensino dos alunos da EJA, muito são os fatores que influenciam em tal anseio, dentre os quais destacam-se uma remuneração mínima que garanta a alimentação e o vestuário, evitando assim que jovens trabalhe para ajudar no orçamento familiar, o material didático para o uso diário e o transporte até a escola.

O transporte escolar é imprescindível para a permanência dos alunos da EJA na Escola Municipal São Jerônimo localizada na Vila São José, na zona rural no município de Carinhanha-Ba. É imprescindível porque na falta do mesmo os alunos percorre longos trechos que varia entre três (03) e oito

(08) quilômetros para chegar até a escola a pé, a cavalo, de carona em transportes precários. A consequência imediata dessa dificuldade é a evasão escolar.

Conforme Feijó (2006), o transporte escolar é dever do estado e garantia de acesso e permanência do educando no ambiente escolar.

## **2.6. A importância da articulação com o Programa BOLSA FAMÍLIA**

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento social (MDS), com a eleição do governo Lula, a inclusão de todos os cidadãos assume a condição de pauta fundamental na política pública, novas iniciativas são tomadas na área social. Nesse sentido, institui-se o Programa Bolsa Família, criado por meio da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro do mesmo ano que anuncia a expectativa de unificar os procedimentos de gestão e operacionalização de diversos programas federais de transferência de renda.

O Bolsa Família<sup>2</sup> é o programa que transfere renda diretamente para as famílias como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada, à educação e a saúde.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) o objetivo do programa é atender todas as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade por meio de uma efetiva articulação da transferência monetária com outros programas sociais e com uma política econômica de geração de emprego e renda. O Tribunal de Contas da União – TCU; ao analisar este programa, sintetiza os seus objetivos em:

- a) combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio de transferência de benefício financeiro associada à garantia do acesso

---

<sup>2</sup> Dados coletados a partir de documentos oficiais da Prefeitura do Município de Carinhanha. Fonte: Secretaria de Proteção Social. Ano base: Abril/2010.

aos direitos sociais básicos de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;

b) promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. (BRASIL, 2004b, p.5).

O programa relaciona o recebimento do benefício ao cumprimento de determinadas exigências, nas áreas de educação e saúde. Na área de educação a condicionalidade básica refere-se à matrícula e permanência das crianças em idade escolar nos sistema de ensino. Nesse sentido, avança no entendimento de que as desigualdades sociais e a pobreza que marcam a sociedade brasileira não serão enfrentadas por meio de políticas isoladas e refirma a importância de se associar a transferência de renda à permanência na escola. Em relação ao município de Carinhanha, foram registradas 6.148 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família do Governo Federal. Destas, 4.532 recebem efetivamente recursos do referido programa.

## **CAPÍTULO II – METODOLOGIA**

Nesta pesquisa foi desenvolvido um estudo sobre os aspectos estruturais que influenciam na permanência e evasão dos alunos que fazem parte do segmento I da EJA.

Para tal foi realizado uma pesquisa de campo exploratória por meio da abordagem quantitativa que foi buscar uma amostra numérica em relação aos aspectos estruturais que impactam na permanência e na evasão dos alunos da EJA. Também foi utilizada na pesquisa a abordagem qualitativa que buscou o aprofundamento da questão e a compreensão de aspectos que não haviam sido contemplados no questionário.

A pesquisa qualitativa enfatiza o processo e seu significado, enquanto a quantitativa preocupa-se em medir (quantidade, frequência e intensidade) e analisar as relações causais entre as variáveis.

Os dados foram coletados a partir de um questionário com perguntas semiestruturadas e também por meio de textos e documentos da escola e da secretaria de Educação.

O questionário pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (Antônio Carlos Gil, 2008), é um instrumento de coleta de informação, utilizada numa sondagem ou inquérito.

Portanto, o questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma série de questões que abrangem um tema de interesse para o pesquisador.

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas irão proporcionar

dados ao pesquisador para descrever as características da população pesquisada (Antônio Carlos Gil, 2008).

Foi aplicado um questionário aos alunos do segmento I da EJA no segundo semestre de 2012.

O questionário aplicado na pesquisa foi elaborado a partir de perguntas de outros questionários de trabalho de monografia. (Apud, Luzia Silva Motta, Alunos do Proeja IFG/ Jatai: Quem são? Por onde Andam?2009)

O questionário foi elaborado buscando, sobretudo perceber os fatores que impactam na permanência e evasão dos alunos da EJA e também para construir o perfil socioeconômico.

Além de um diálogo sobre os fatores que impactam na permanência e evasão dos alunos da EJA possibilitando fazer escritas das falas, também foi aplicado um Questionário com a gestora da instituição e com a ex-Coordenadora da EJA (apêndice 2)

A coleta de dados é o ato de pesquisar, juntar documentos e evidências, procurar informações sobre um determinado tema ou conjunto de temas correlacionados e agrupá-las de forma a facilitar uma posterior análise.

A coleta de dados ajuda a analisar ponto a ponto os fatos ou fenômenos que estão ocorrendo em uma organização, sendo o ponto de partida para a elaboração e execução de um trabalho.

Ainda convém lembrar que, para melhor entender os fatores que impactam na permanência e evasão dos alunos da EJA foi observado suas rotinas na escola durante o ano letivo de 2012, e realizados diálogos com propósito de compreender melhor quais são esses fatores.

A coleta de dados em documentos foi importante tanto para caracterizar o contexto do município e da escola, quanto para levantar elementos que estão relacionados ao aumento ou diminuição da evasão a partir de políticas públicas do município. Os documentos aos quais tivemos acesso foram: as atas de resultados finais e o PPP.

## **CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

### **3.1 Caracterização do município de Carinhanha-Ba e a identificação do campo**

Neste capítulo apresentamos alguns dos principais aspectos das interrupções do percurso escolar na Eja no município de Carinhanha considerando os fatores de contexto do município, os dados quantitativos das interrupções e a bibliografia na área de Eja relacionada ao contexto brasileiro de educação de jovens e adultos.

Carinhanha foi emancipada em 17 de agosto de 1909, faz parte da Região Econômica 14 – Médio São Francisco e da Região de Planejamento Oeste. Limita-se com os seguintes municípios: Ao Norte com Serra do Ramalho, ao Sul com Juvenília –MG; ao Leste com o município de Malhada e Oeste com Feira da Mata. A cidade localiza-se na Zona Geográfica do Baixo Médio São Francisco, estando totalmente incluída no Polígono da Seca. Está a 899 Km de Salvador a capital do Estado e a 114 Km da cidade de Guanambi, a mais próxima sede da Região Administrativa e centro polarizador da administração do Governo do Estado.

A população total do município de Carinhanha, levantada pelo Censo demográfico do IBGE de 2000, era de 27.272 habitantes, distribuídos da seguinte forma: zona rural com 16.788 habitantes e zona urbana com 10.483 habitantes. Segundo Censo demográfico do IBGE de 2010, o número de habitantes do município passa para 28.380 habitantes. A população do município representa 0,4873% da população do estado da Bahia; 0,1771% da população da Região Nordeste e 0,0324% da população de todo o território brasileiro. Seu Índice de Desenvolvimento (IDH) é de 0,607, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000).

O presente trabalho foi realizado na Escola Municipal São Jerônimo, localizada na zona rural há 25 km da sede na comunidade de Vila São José. A atual gestora é graduada em pedagogia e a vice-diretora concluiu a graduação

em História. Tem duas coordenadoras que são psicopedagogas. São 16 professores, desses 6 são graduados em pedagogia, 8 estão em fase de conclusão da graduação e 2 não começaram ainda a graduação. A escola possui 3 merendeiras e 3 auxiliares de serviço gerais.

As modalidades de ensino são: Pré-escola, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e funciona a modalidade EJA com 1º e 2º segmento. A escola funciona com 600 alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O espaço físico da escola é adequado para a demanda atendida e tem uma manutenção que permite oferecer aos alunos um ambiente favorável à aprendizagem, pois passou recentemente por uma reforma. São dez (10) salas de aula, sendo uma adaptada para alunos com necessidades especiais e outra funciona o laboratório de informática. Contém 10 computadores com acesso a internet. São quatro (4) banheiros, 2 masculino e 2 femininos, uma secretaria, uma sala para os professores e uma cantina. Reformaram uma antiga casa dos professores para funcionar a biblioteca da escola. Tem um pequeno pátio entre as salas onde as crianças brincam no intervalo.

A seguir serão apresentadas algumas tabelas com os dados de matrícula, permanência e abandono na Escola São Jeronimo no Município de Carinhanha. Estes dados foram sistematizados pelo autor, fornecidos pela Escola Municipal onde foi realizada a pesquisa e pela Secretaria de Educação do Município.

Tabela 1 Matrículas, Índices de desistência, reprovação, conclusão com êxito e Permanência na Escola Municipal São Jerônimo em 2009.

SÉRIE	MATRÍCULA	APROVADO	REPROVADO	TRANSFERIDO	ABANDONO
1ª e 2ª	20	07	0	0	13
3ª e 4ª	13	07	0	0	06
5ª e 6ª	16	16	0	0	0
7ª e 8ª	0	0	0	0	0
TOTAL	49	30	0	0	19

Tabela 2 Matrículas, Índices de desistência, reprovação, conclusão com êxito e Permanência na Escola Municipal São Jerônimo em 2010.

SÉRIE	MATRÍCULA	APROVADO	REPROVADO	TRANSFERIDO	ABANDONO
1ª e 4ª	24	12	0	01	11
5ª e 8ª	14	14	0	0	0
TOTAL	38	26	0	01	11

Tabela 3. Matrículas, Índices de desistência, reprovação, conclusão com êxito e Permanência na Escola Municipal São Jerônimo em 2011.

SÉRIE	MATRÍCULA	APROVADO	REPROVADO	TRANSFERIDO	ABANDONO
1ª e 4ª	48	28	0	03	17
5ª e 6ª	22	12	02	03	05
7ª e 8ª	13	09	0	0	04
TOTAL	83	30	02	06	26

Após a realização da pesquisa documental, na secretaria da escola, analisando pastas individuais, obtivemos os dados do número de alunos matriculados no 1º semestre de 2011 no segmento I (1ª a 4ª) da EJA, num total de 48 alunos entre 20 e 81 anos. Desse total 17 alunos desistiram, correspondendo a uma porcentagem de 35,4 % de interrupções do percurso escolar. Portanto, um índice alto de não permanência, que deve ser repensado e tomadas atitudes que favoreçam as condições não só do acesso, mas também da permanência desses alunos.

Ao comparar os dados das tabelas acima, percebemos que o índice de interrupções do percurso escolar no segmento I da EJA da Escola municipal

São Jerônimo tem diminuído. Em 2009 o índice de interrupções do percurso escolar foi de 57,5 %, em 2010 45,8% e em 2011 foi de 35,4%.

Com relação ao número de matrículas, se compararmos o ano letivo de 2010 com o 2011 perceberemos que houve um aumento de mais de 60% nas matrículas. Isto nos leva a entender que algo foi feito pelo município e pela escola.

O município tem se preocupado com o público da EJA, melhorou a oferta do transporte e da merenda escolar, o que sem dúvida tem contribuído para aumentar o número de matrículas e reduzir o índice de interrupções do percurso escolar, buscando garantir cada vez mais o acesso e a permanência dos alunos da EJA. A instituição escolar tem empenhado por meio dos professores indo de casa em casa para fazer a matrícula dos alunos da EJA, e a cada final de unidade visitam os alunos da EJA novamente incentivando para que os mesmo não desistam.

Em virtude do que foi mencionado, essas ações do município e da instituição escolar tem contribuído muito para esses avanços, mas muito ainda precisa ser feito para atingirmos números mais satisfatório na Educação de Jovens e Adultos.

O gráfico abaixo mostra o índice de aprovação, reprovação e interrupções do percurso escolar na EJA no município de Carinhanha-Ba em 2009. Percebe-se que a taxa de interrupções do segmento I (1ª a 4ª) da EJA é maior que a taxa de interrupções do segmento II (5ª a 8ª).

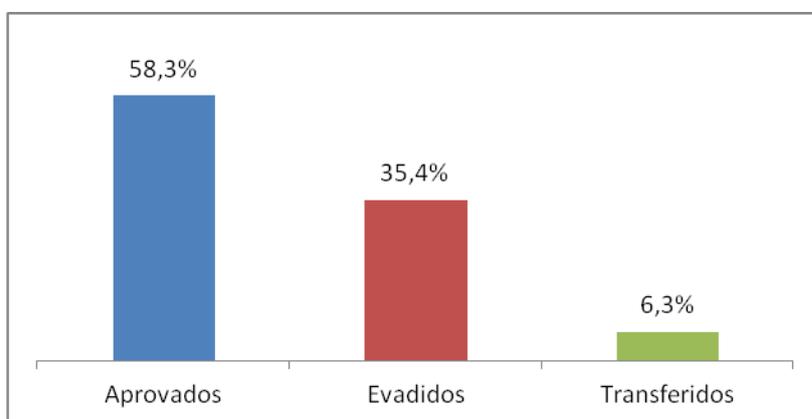
Índices de aprovação, reprovação e de interrupções do percurso escolar no município de Carinhanha.

<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	<b>I Segmento</b>	<b>Aprovação 38,00 %</b>	<b>Reprovação 5,00%</b>	<b>Interrupções do percurso escolar 57,00%</b>
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	<b>II Segmento</b>	<b>50,00%</b>	<b>4,00%</b>	<b>46,00%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O gráfico a seguir apresenta a porcentagem de alunos aprovados, evadidos e transferidos do Segmento I (1ª a 4ª série) da EJA do ano letivo de 2011 na instituição na qual foi desenvolvida a pesquisa.

Porcentagem de alunos aprovados, evadidos e transferidos do ano letivo 2011.



Fonte: Atas de resultados finais.

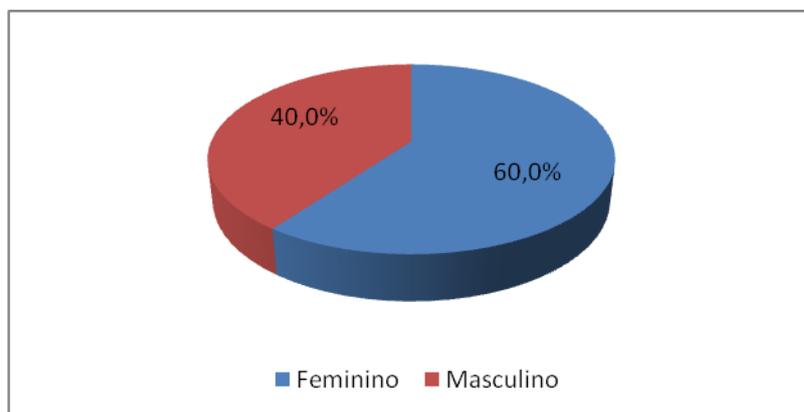
### **3.2. Apresentação e Análise dos dados referentes aos alunos participantes da pesquisa**

A seguir serão apresentados os dados de perfil dos alunos que participaram da pesquisa, todos são alunos do segmento I da modalidade de Educação de Jovens e Adultos ( EJA), da Escola Municipal São Jerônimo, situada na Vila São José na zona rural do município de Carinhanha. Os alunos na sua maioria são pais e mães com faixa etária entre 20 e 81 anos, são lavradores e 80% sem renda salarial fixa.

Participaram da pesquisa 10 alunos de 3 turmas do Segmento I (1ª a 4ª) da EJA. De acordo com o gráfico, considera-se importante chamar atenção para o número de alunas que é maior do que o número de alunos. Muitas das

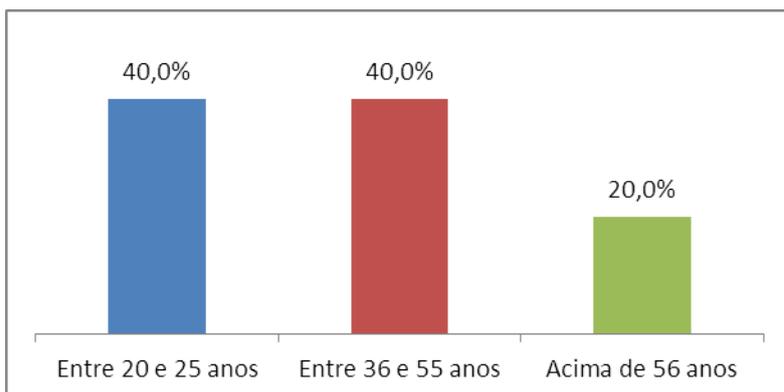
alunas deixam seus filhos com alguém da família para ir para escola, outras levam porque não tem com quem deixar. Segundo os entrevistados, muitos alunos homens deixam de frequentar a escola por não conseguir conciliar a o momento de estudo com sua rotina de trabalho. Este fator pode explicar a baixa permanência dos alunos do sexo masculino nos cursos de Eja e portanto representando uma taxa menor nas salas-de-aula. Por outro lado, evidencia-se a permanência das alunas do sexo feminino. Este fator chama a atenção pois assim como no ensino regular, na educação de jovens e adultos os alunos do sexo masculino podem apresentar um risco maior de evasão no seu processo de formação.

Gráfico 1- Sexo



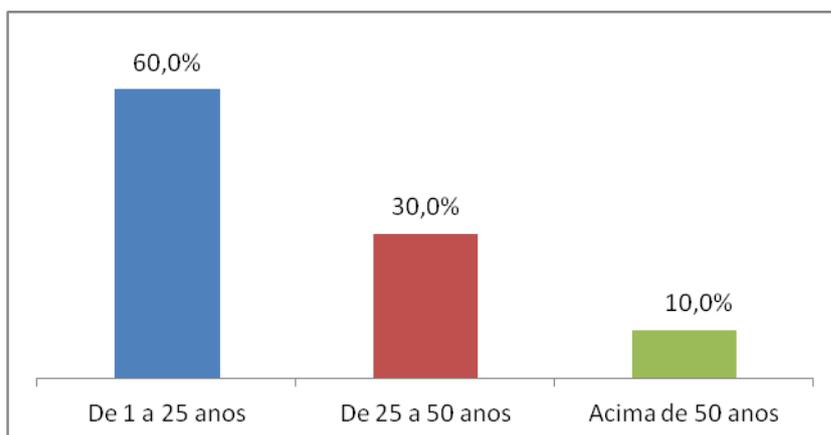
O gráfico a seguir permite visualizar as diferentes faixas etárias dos alunos pesquisadores que vão de 20 a mais de 56 anos. Independentemente da idade são jovens e adultos que carregam consigo conhecimentos significativos. A idade do aluno representa que sua experiência de vida precisa ser incluída nas práticas pedagógicas, caso contrário ele pode se sentir ainda mais excluído da sala-de-aula. Além disso, alguns fatores de idade podem impactar na permanência do aluno da sala-de-aula, como problemas de saúde relacionados à idade, problemas de visão ou de audição, dificuldades relacionadas à locomoção ou de sentimentos de inadequação devido à idade avançada.

Gráfico 2- Qual a sua idade?



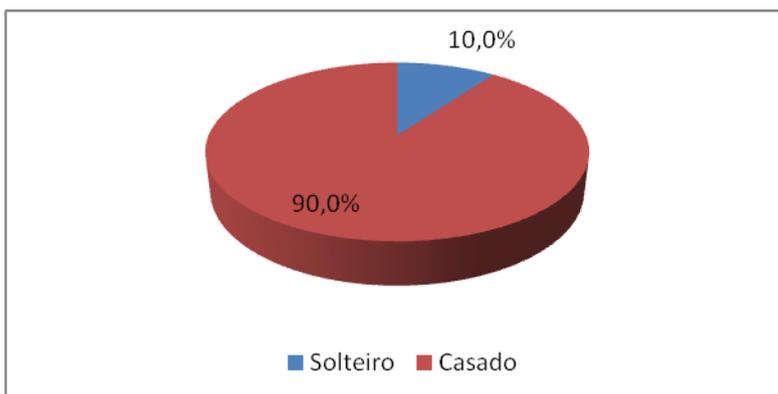
Percebe-se diante do gráfico o quanto esses alunos foram prejudicados ficando muito tempo fora da escola. Esse sem dúvida foi um dos fatores que dificultaram no processo de ensino aprendizagem. Pois, segundo alguns alunos entrevistados, “o fato de ter ficado muitos anos sem ir a escola atrapalhou muito na hora de fazer as atividades, não lembrava de quase nada”. Outra fala, “estou enferrujado, muito tempo fora da escola fez eu esquecer muita coisa que eu já tinha aprendido”.

Gráfico 4- Quanto tempo ficou fora da escola?



De acordo com o gráfico, percebe-se que quase todos os alunos pesquisados são casados, o que aumenta a sua responsabilidade no que diz respeito ao sustento da família. Sem falar no cuidado com os filhos, pois as vezes deixam com alguém para que eles possam frequentar a escola.

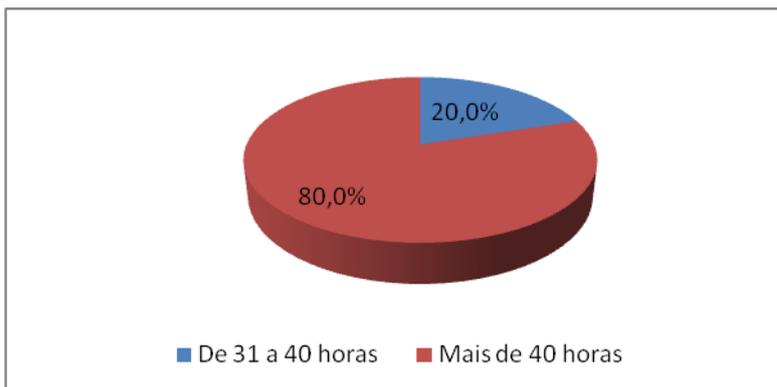
Gráfico 5- Estado Civil



O gráfico a seguir mostra que a maioria dos alunos trabalha mais de 40 horas semanais, o que pode estar influenciando na sua permanência na educação formal e pode influenciar no seu rendimento na escola. Depois de uma jornada excessiva de trabalho, os próprios alunos relatam que diminui a disposição devido o cansaço, comprometendo sua rotina na escola, sua concentração e sua aprendizagem.

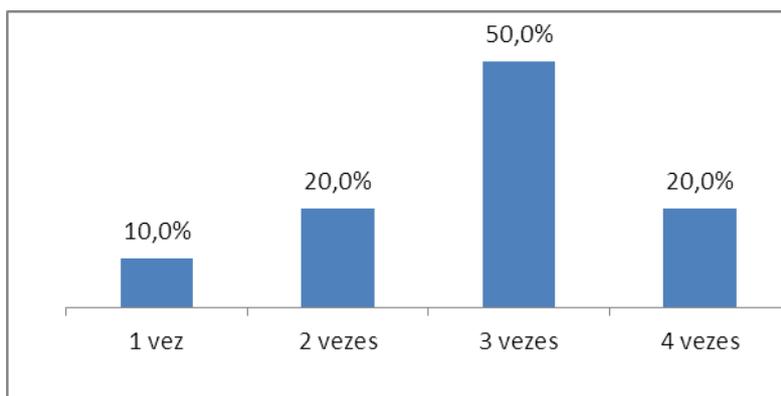
Assim como os alunos, a gestora pontuou este como um dos principais fatores que dificultam a permanência dos alunos na escola. A gestora da instituição pesquisada mencionou em sua fala, que, para atender a clientela da EJA, principalmente nas escolas rurais, é preciso se dispor de outros mecanismos que possam trabalhar em conjunto com profissionais da educação, os quais precisam ser capacitados para lidar especificamente com esse público, pois as atividades diárias (a lida com a roça, com o gado, com a colheita, com a produção do carvão etc.), trazem cansaço, posteriormente o desânimo e a evasão.

Gráfico 11- Quantas horas semanais você trabalha?



Abaixo apresentamos um gráfico que mostra a quantidade de vezes que os alunos costumam faltar durante o mês. Podemos perceber que a incidência é de 2 a 4 faltas, considerando que no mês há aproximadamente 20 dias de aula podemos inferir que há entre 10% a 20% de faltas.

Gráfico 14- Quantas vezes você falta por mês aproximadamente?

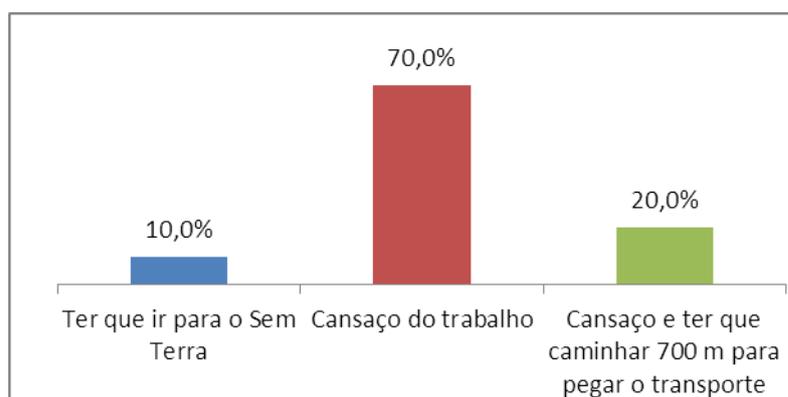


O gráfico abaixo apresenta os principais motivos que fazem os alunos faltar durante o processo de formação. E de acordo o gráfico, um dos fatores

que mais contribui para não permanência do aluno da EJA é o cansaço do trabalho.

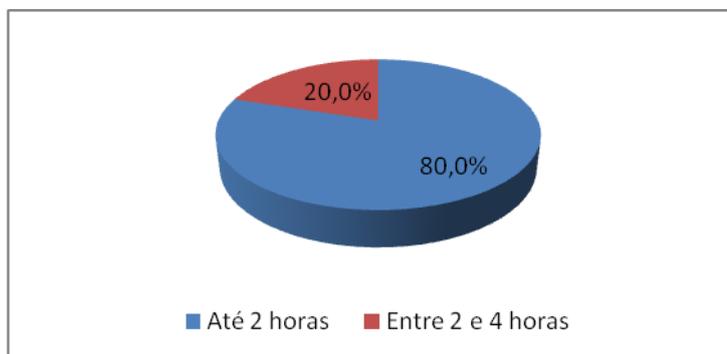
Ficou comprovado por meio da pesquisa que a maioria dos alunos chega a trabalhar mais de 40 horas na semana, pois não tem renda salarial fixa, sobrevivendo do trabalho informal que buscam no dia-a-dia. Dessa forma, trabalham o dia inteiro e ao chegar em casa não se sente em condições de ir para escola devido o dia exaustivo de trabalho. Desta forma, os alunos faltam às aulas por estarem competindo com o trabalho no seu tempo e disposição, os alunos precisam fazer uma escolha difícil, já que uma melhor qualificação também pode significar um trabalho em melhores condições. Por outro lado, eles precisam manter sua sobrevivência e da família. Assim, os alunos acabam certas vezes não indo para escola comprometendo o ano letivo.

Gráfico 15- Quais os principais motivos que te fazem faltar?



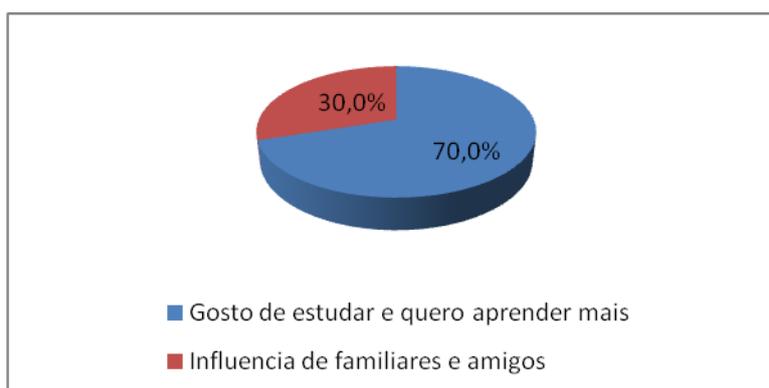
O gráfico a seguir apresenta dados com relação ao tempo que os alunos da EJA estudam semanalmente quando não estão na escola. Segundo alguns alunos fica difícil estudar em casa porque de dia estão trabalhando e a noite não tem energia elétrica em casa. Conversando com alguns alunos, disseram que as vezes precisam ler usando um candeeiro ou uma vela, mas disse um dos alunos disse que é ruim porque “força muito as vistas”.

Gráfico 16- Quanto tempo você estuda semanalmente quando não está na escola?



De acordo com dados anteriores foi percebido que a maioria dos alunos ficou muitos anos longe da escola e o gráfico abaixo mostra que os principais motivos para eles terem voltado à escola foi por que: “gosta de estudar” e “tem vontade de aprender mais” com 70% de respostas e a “influencia dos familiares e amigos” com 30 % de respostas. Percebe-se que apesar das dificuldades a maioria dos alunos tem interesse em aprender mais, o que falta a eles são as condições estruturais para permanecer na escola. Estas condições dariam a segurança necessária para garantir a permanência deles na escola.

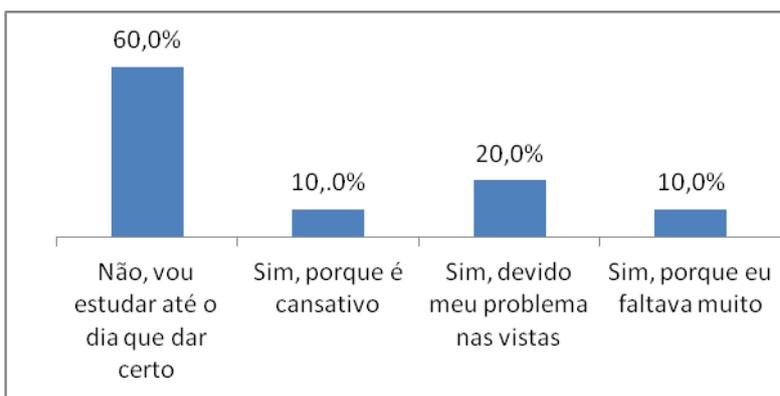
Gráfico 18- Qual foi o seu principal motivo para voltar a escola?



O gráfico abaixo apresenta uma força de vontade tamanha dos alunos da EJA. Todos são trabalhadores, donas de lares que também trabalham em lavouras e a maioria apesar das dificuldades encontradas não pensam em

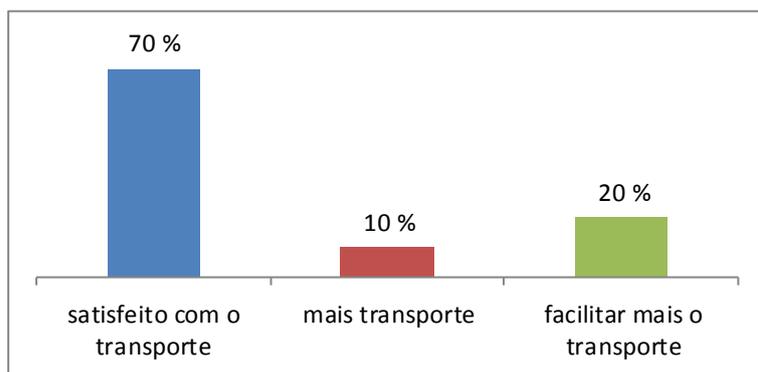
desistir, pois relatam que pretendem estudar “até o dia que dar certo”. Alguns alunos relatam que já pensaram em desistir devido o cansaço do trabalho, pois não é fácil conciliar trabalho e estudo nas condições que vivem. Dos participantes da pesquisa, 20% dos alunos já pensaram em desistir por causa “dos problemas nas vista”, segundo eles a idade vai chegando e os problemas relacionados à visão vão piorando, chegando a um momento em que fica difícil ir à escola porque não conseguem enxergar direito. Segundo relatam, o pior é não ter condições para fazer um exame e comprar os óculos. Disseram que a prefeitura já deu exames de vista e os óculos para alguns, porém a maioria foi contemplado só com o exame e não recebeu os óculos.

Gráfico 22- Você já pensou em desisti do curso? Por quê?



De acordo com os dados da pesquisa 30% dos alunos apontaram a necessidade de facilitar o transporte escolar, pois os mesmos moram afastados da escola e veem o transporte como fator fundamental para o acesso e permanência dos alunos da EJA. Os dados apresenta que 70% são contemplados e estão satisfeitos com o transporte. Porém, 10 % ver a necessidade de mais transporte e 20% facilitar mais o transporte porque precisam caminhar certa distância para pegar o transporte.

Gráfico 23- Sobre o transporte escolar na EJA.



### **3.3. Apresentação e Análise dos dados referentes à política do município e a entrevista com a gestora da escola**

#### **3.3.1 Transporte Escolar na EJA**

Na luta para assegurar a permanência no ensino dos alunos da EJA, destaca-se a importância do transporte escolar.

Segundo a gestora da instituição escolar a qual aconteceu a pesquisa, diz que “o transporte já foi um problema mais que hoje não é, pois tem transporte para atender todos alunos”.

Realmente, a política do município diz garantir o transporte escolar a todos os alunos da Educação básica por meio de recursos que recebem do PNATE.

Pensando em minimizar essas consequências, além de facilitar o acesso e a permanência desses alunos na escola, é que foram criados os programas do Governo Federal PNTE- Programa Nacional de Transporte Escolar e PNATE- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar coordenado pelo FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FUNDE, 2006).

Estes programas têm como objetivo garantir a oferta do transporte escolar aos alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural,

por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito federal, aos municípios.

Conforme Feijó (2006), o transporte escolar é dever do estado e garantia de acesso e permanência do educando no ambiente escolar.

De acordo com o que foi relatado, percebe-se que o transporte escolar é imprescindível para o acesso e permanência dos alunos da EJA. Ficou entendido que existe o transporte escolar, porém em alguns casos precisa o município facilitar o acesso do transporte até a casa do aluno, pois devido a má condições no trajeto, ou seja, na estrada, o transporte não consegue chegar até a casa do aluno. Noutra situação pede mais transporte, porém, um veículo maior resolveria o problema que é o fato do aluno se sentir um pouco desconfortável no transporte pequeno.

Dessa forma, cabe o município atentar para essas peculiaridades, pois o transporte tem, falta melhorar as condições para o transporte superar essas dificuldades encontradas e atender de forma satisfatória os alunos que necessitam para o acesso e permanência na escola, evitando assim, a evasão escolar.

### **3.3.2. A importância de garantir a MERENDA ESCOLAR**

Outro fator relevante, destacada nas políticas públicas e nas necessidades dos alunos trabalhadores que voltam a estudar, é a oferta de merenda escolar para a Eja. Entende-se que as necessidades dos alunos da EJA deveriam estar há bastante tempo incorporadas ao objetivo central do Pnae, pois o apoio nutricional também é indispensável ao bom desempenho dos alunos jovens e adultos.

A merenda escolar além de ser um direito dos alunos da EJA é muito importante porque a maioria trabalha o dia todo chega em casa e não faz uma alimentação adequada e quando estão na escola sentem a necessidade de fazer outra alimentação, e caso não tenha influenciará na sua permanência.

A gestora da instituição onde foi realizada a pesquisa “relata que se preocupa muito em não deixar faltar merenda para os alunos da EJA”. Isso foi observado durante todo ano letivo em 2012, pois o pesquisador lecionou na mesma instituição neste período e pode perceber que não faltava merenda para os alunos da Eja. Foi percebido que algumas mães levavam um ou dois filhos e os mesmos também faziam lanche no intervalo e quando sobrava merenda a prioridade para levar para casa era dos alunos da EJA, principalmente as famílias que mais necessitavam. Podemos inferir que este dado é bastante relevante na garantia da permanência dos alunos na escola. Sem a oferta da merenda eles teriam que providenciar sua própria alimentação e isto dificultaria muito a participação dos mesmos nas atividades da escola.

O município recebe recursos conforme a resolução seguinte: Resolução nº 38/2009 do FNDE. Art. 1º, esta resolução estabelece as normas para execução técnica e administrativa do PENAE e para a transferência de recursos financeiros, em caráter complementar, os Estados, ao Distrito Federal, aos municípios e as entidades federais, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios. Então a política do município prevê merenda escolar para EJA por meio do (PNAE).

A merenda escolar era ofertada aos alunos da EJA por meio do Programa Fazendo Escola que tinha finalidade o atendimento das necessidades de oferta de EJA. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNBEB), lei nº 11.494 (2007), ocorreu à extinção do Programa Fazendo Escola, o que fez com que os alunos da EJA ficassem sem merenda escolar, já que o programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não previa recursos para EJA.

Conforme Gomes, Carnielli e Gonçalves (2003), o FNDE financia diferentes programas, além da merenda escolar, mediante o Pnae, tais como: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Saúde do Escolar (PNSE) e o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE).

Até o início de 2009, o PNAE atendeu somente os alunos matriculados no ensino fundamental regular nas escolas públicas, além daqueles atendidos pela educação infantil. Entretanto, com a Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009, posteriormente transformada na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, o atendimento da alimentação escolar foi estendido a toda educação básica. Dessa forma, a aprovação da lei nº 11.947 (2009) foi de grande relevância para a EJA, pois amplia os direitos dos alunos nessa modalidade de ensino, passa a ofertar a merenda escolar que não estava prevista anteriormente, visando melhorar as condições de permanência dos jovens e adultos na escola.

Para Cury (2007), a permanência na escola só pode ser garantida com critérios extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico próprio do ensino/aprendizagem, sendo que o livro didático, a merenda e o devido transporte devem ser objeto de esmero e atenção da parte dos gestores escolares.

Portanto, é necessário criar condições não somente para o acesso dos jovens e adultos à escola, pois é fundamental que se compreenda que se esse público não tiver condições que favoreçam a sua permanência na escola os programas elaborados não serão eficientes, do ponto de vista da permanência e conclusão.

Conforme Paiva (2006) a saída, derivada de outros fatores que não o sucesso, nem sempre deve ser interpretada como evasão, já que existem fortes motivos da vida adulta que também são impostos aos jovens, que podem levá-los a afastar-se da escola. Mas sem dúvida, no que competem às responsabilidades da escola, todas as providências devem ser tomadas para que esse aluno permaneça como sucesso na escola. Dentre essas medidas está a oferta de merenda.

### **3.3.3 Estrutura da Escola**

A estrutura da escola é importante para o bom desenvolvimento do professor e desempenho dos alunos.

De acordo com a pesquisa 10% dos alunos tiveram como proposta para aumentar a frequência gastar mais dinheiro na escola. Isso porque a escola passou por reforma recentemente e ficou melhor, mais atrativa, aumentou o número de salas de aulas, forraram às salas, banheiros novos, sala com laboratório de informática com dez (10) computadores conectados a internet, pintura, quadros a pincel, etc. Então, quanto melhor a estrutura, mais o aluno se sentirá à vontade o que influencia na sua aprendizagem, na sua permanência.

Segundo a gestora da instituição, ela ainda está buscando ampliar mais uma sala para possivelmente montar uma brinquedoteca na própria escola com monitor para acompanhar as crianças enquanto os pais estudam. Na escola tem uma sala pequena que funciona de forma improvisada neste sentido, quando as mães levam algumas crianças elas ficam nesta sala sobre olhar, às vezes, da diretora, da vice, da coordenadora ou de alguém do pessoal de apoio.

A ex-coordenadora da EJA também mencionou a necessidade de “implantar nas escolas brinquedoteca visando aumentar a frequência dos alunos da EJA”. Segundo ela, é uma realidade da EJA no município, pois a maioria das mães que estudam na EJA são casadas, tem filhos e muitas vezes não tem com quem deixar e acabam levando para a escola. E se a escola não garante uma recepção para essas crianças enquanto as mães estudam, sem dúvida alguma implicará em sua permanência na escola.

Com relação a estrutura escolar, a política do município conseguiu por intermédio da parceria com o PDDE recursos para a reforma da instituição escolar melhorando sua estrutura a fim de proporcionar melhores condições de trabalho e permanência dos alunos.

É de grande relevância que a infraestrutura e o espaço físico de um ambiente escolar tenham sua devida importância não só pelas suas dimensões geométricas, mas também pelas suas dimensões sociais. Mediante a esses

fatos, é indispensável que tanto a infraestrutura quanto o espaço físico escolar passem a serem objetos de observação. Segundo Vygotsky, "o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas, é essencial ao seu desenvolvimento" (apud DAVIS e OLIVEIRA, 1993, p. 560) sendo assim, nada como um local estimulante e ao mesmo tempo um local desafiador para que o aluno possa desenvolver suas atividades estudantis, e acima de tudo, um local onde o aluno possa desenvolver seu senso crítico.

Dessa forma, percebe-se que a instituição tem sido contemplada de acordo suas necessidades, contribuindo para diversos fatores na escola, dentre eles a permanência dos alunos.

#### **3.3.4. Assistência Estudantil (Bolsa-escola)**

A assistência estudantil é imprescindível para aumentar a frequência dos alunos da EJA, para sua permanência na escola.

De acordo com a pesquisa, 90% dos participantes colocaram como proposta para aumentar a frequência na escola uma bolsa de incentivo aos alunos, ou aumentar a bolsa família daqueles que frequentam a escola.

Essa proposta está relacionada ao fato do aluno da EJA ter uma jornada diária exaustiva de trabalho e que na maioria das vezes acaba influenciando para a sua não permanência na escola. Segundo os participantes da pesquisa se o governo fornecesse uma bolsa para eles poderiam diminuir suas jornadas de trabalho e conseqüentemente frequentarem mais a escola. Pois, a maioria desses alunos não tem renda mensal, vive do trabalho do dia-a-dia, o que faz com que privilegia mais o trabalho devido sua subsistência do que a sua permanência na escola.

Tanto a gestora como a ex-coordenadora da EJA também mencionou a importância do governo ofertar uma bolsa aos alunos da EJA como incentivo para aumentar sua frequência e conseqüentemente a permanência na escola. Vale ressaltar que a ex-coordenadora mencionou a oferta de uma bolsa, um incentivo financeiro, mas com alguns critérios predeterminados.

A política do município tem contribuído no sentido de registrar essas famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do governo Federal, para que sejam contempladas com benefício do Programa Bolsa Família (PBF).

O programa relaciona o recebimento do benefício ao cumprimento de determinadas exigências na área da educação. Refere-se como condição a matrícula e a permanência das crianças em idade escolar nos sistemas de ensino. Dessa forma, torna-se relevante pelo fato de não está combatendo a desigualdade social e a pobreza por meio de políticas isoladas, pois a transferência de renda está associada à permanência na escola.

### **3.3.5. Estrutura da Moradia dos alunos de EJA**

De acordo a pesquisa 50% dos participantes não tem energia elétrica em suas moradias. O que sem dúvida alguma influencia nos momentos de estudo em casa. A maioria trabalha o dia todo e resta a noite para fazer alguma leitura e a falta de energia dificulta realizar.

Ao visitar alguns alunos que não tem energia elétrica em suas moradias foi percebido que algumas famílias próximas deles têm energia elétrica em suas casas. A rede elétrica passa próximo, o que falta a essas famílias é condições financeira que não tem.

Segundo a gestora “foi feito o cadastro dessas famílias no Programa luz para todos e que elas podem ser contempladas a qualquer momento”.

A ex-coordenadora da EJA mencionou “a necessidade de parcerias entre a secretaria de educação com a de proteção social e cidadania e ainda com a de Saúde pleitear cursos e exames médicos”. Isso porque além da falta de energia elétrica em casa os pesquisados apresentaram outras dificuldades como, por exemplo, problemas na vistas e que essa dificuldade implica na sua permanência na escola.

Em virtude do que foi mencionado, percebe-se a importância de parcerias entre as secretarias a fim de assistir esses alunos que apresentaram necessidades, caso contrário acabará influenciando para a sua não permanência na escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa teve como objetivo buscar identificar os fatores que impactam na permanência e nas interrupções do percurso escolar dos alunos da EJA na Escola Municipal São Jerônimo situada na zona rural na Vila São José município de Carinhanha- Bahia, bem como analisá-los e encontrar possíveis alternativas capazes de amenizar estas dificuldades.

Optamos por aprofundar o estudo nos aspectos estruturais por entender que ao conhecer a realidade socioeconômica dos alunos e do município poderemos sensibilizar outros profissionais e gestores a desenvolver mais políticas de apoio aos alunos de Eja. Estes alunos sofrem com uma exclusão histórica, que impacta principalmente as populações do Norte e Nordeste do país. É preciso desenvolver políticas emergenciais para que esta exclusão não continue se reproduzindo e atingindo tantas famílias que poderiam superar as condições de analfabetismo e assim dar melhor condições de vida para seus filhos e conseqüentemente criar condições mais favoráveis para que estes alunos possam permanecer na escola.

No decorrer desse trabalho, através das leituras relacionadas à sua trajetória foi possível conhecer melhor a história da educação de jovens e adultos e sua evolução, as características gerais dos sujeitos alunos, a formação do professor e suas práticas de ensino na EJA. Por meio dos referenciais teóricos estudados compreendemos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, tem apresentado vários aspectos no decorrer de seu processo histórico, dependendo dos interesses políticos, econômicos e sociais do momento vivido no país, demonstrando estar estreitamente ligada a esses

interesses para conseguir as transformações necessárias em benefício da classe dominante.

Observamos que a educação de jovens e adultos cresceu em importância nos últimos anos, no Brasil, contudo, mesmo com esse avanço, ainda é grave a questão da não permanência dos adolescentes, jovens e adultos na escola. Questão essa, influenciou a investigar tal situação na Escola Municipal São Jerônimo em Carinhanha- Bahia no ano de 2011.

Diante dos dados coletados e as análises dos mesmos, foi percebido que os alunos da EJA necessitam não só das condições de acesso garantidas por lei, mas também das condições que garantam a permanência dos mesmos na escola. Condições essas relacionadas às seguintes variáveis: Transporte escolar, Merenda escolar, Estrutura da escola, Estrutura da moradia dos alunos, Assistência Estudantil, incentivo financeiro (Bolsa), assistência médica, aos casos de deficiência visual, para os mais idosos, pois, a maioria dos alunos está entre 45 e 60 anos e não tem condições para custear esses serviços.

Tanto a CF de 1988, como a LDB (1996) estabelecem que a oferta da educação escolar para jovens e adultos deverá ser adequada às necessidades e disponibilidades, garantindo a esses alunos condições de acesso e permanência na escola.

Sabemos que apenas a existência da lei não é suficiente para garantia das condições de acesso e a permanência na escola, aos jovens e adultos e que um dos desafios da garantia desse direito é a falta de um trabalho sério de Políticas Públicas de Estado, no que diz respeito às verbas, para investimentos em recursos materiais e humanos. É preciso assegurar para a classe trabalhadora a igualdade no acesso e à permanência na escola a partir da consolidação da garantia de um direito público subjetivo, que seja capaz de superar a dualidade e o preconceito que, historicamente, acompanha a educação de jovens e adultos, no Brasil.

Através das falas dos sujeitos participantes da pesquisa, foi percebido as dificuldades ou desafios vividos no dia-a-dia, mas percebemos também uma grande força de vontade dos sujeitos trabalhadores que buscam na escola

aprender mais a ler e escrever, enfim estudar até quando for possível. Porém, na maioria das vezes, esses sujeitos não conseguem esse objetivo, por não permanecerem na escola. O que acontece é que o conjunto das situações, na maioria das vezes, não está em suas mãos, nem tão pouco apenas nas mãos da escola.

Constatamos que os jovens e adultos na busca pela sobrevivência, dedicam o maior tempo para o trabalho e o motivo que os leva a deixar a escola é o fato de não conseguir conciliar escola e trabalho ou trabalho e escola.

Diante da temática dessa modalidade de ensino e das transformações ocorridas nos meios de produção, com os avanços tecnológicos e científicos, cremos que, há necessidade de uma oferta de educação, com o foco no trabalho como princípio educativo, ou seja, uma educação voltada para uma formação mais humana, de conscientização do valor que o trabalho tem na vida das pessoas, no sentido de que esses sujeitos se percebam como produtores de saberes e de riquezas. Dessa forma, através da correção dos índices de analfabetismo, proporcionar às pessoas, um pouco de cidadania.

Notamos na fala desses alunos algumas sugestões apontadas como forma de superação das dificuldades causadas pela dualidade “trabalho” e “educação”, pois, são desafios que devem ser superados através de uma proposta que seja capaz de conciliá-las, já que, conforme a concepção atual de mundo globalizado, a educação ganha centralidade, sobretudo pela grande demanda específica do mercado de trabalho, que exige um grau maior de qualificação.

Como propostas de possíveis intervenções que venham contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e qualidade de vida dos sujeitos da EJA, a partir da pesquisa realizada temos: Maior atenção por parte das Políticas públicas, no sentido de desenvolver ações de apoio para estas dificuldades apontadas por estes alunos trabalhadores na continuidade de seus estudos, proporcionando aos sujeitos da EJA, melhores condições de acesso e permanência na escola, através de alguns requisitos essenciais, como: transporte escolar, oferta constante da merenda escolar, visto que esta já é

garantida por lei; estrutura da escola, assistência estudantil, ou seja, incentivo financeiro por meio de uma bolsa, pois segundo eles recebendo uma bolsa como incentivo poderão diminuir suas cargas horárias de trabalho e frequentarem mais a escola, e também atendimento na área da saúde, principalmente para a deficiência visual que dificulta a aprendizagem de grande parte dos idosos que frequentam essa modalidade.

Acredita-se que as questões analisadas apontaram caminhos que poderão contribuir para permanência dos alunos da EJA e assim, combater as interrupções do percurso escolar nessa modalidade de ensino.

## REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **Fundef**: Uma Avaliação preliminar dos dez anos de sua implantação. Caxambu, MG; Anped/Gt Estado e Política Educacional, 2007.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=14906&option=com\\_content&view=article](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=866&id=14906&option=com_content&view=article). Acesso em 14 de abril de 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CEB/CNE 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos**, 2000.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento Base Nacional**. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 19/06/2008.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9394 de 24 de dezembro de 1996.

BOLSA FAMÍLIA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 03 de dezembro em 2012.

CURY, Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (REPAE)** – V.23, N. 3, p.483-495, Set/Dez.2007. Porto Alegre: ANPAE, 2007.

DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma. Infraestrutura Escolar e a Relação com o processo de aprendizagem. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GIL, António Carlos (2008) Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. Brasil.

GOMES, Cândido Alberto, CARNIELLI, Beatrice Laura & GONÇALVES, Myriam Christiano Maia. Políticas federais de apoio: as tortuosas ruas de mão dupla das relações intergovernamentais. In: SOUZA, Donald B. de, FARIA, Lia C.M. de., (orgs.). *Desafios da educação municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 169-189.

HADDAD, Sérgio. Por uma nova cultura na educação de jovens e adultos, um balanço de experiências de poder local. **Ação Educativa**: GT Educação de pessoas jovens e adultos n. 18. Disponível em <http://www.anped.org.br> 2007. Acesso em 19/12/2008.

\_\_\_\_\_. IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=290710>. Acesso em 14 de abril de 2013.

IRELAND, T. D. Desafios e perspectivas para a América Latina.

KHOL, Marta de Oliveira. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. MEC/UNESCO. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO/MEC. Anped, 2005 (Coleção educação para todos; 6).

MOTTA, Luzia Silva, Alunos do Proeja IFG/ Jatai: Quem são? Por onde Andam? 2009.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Pensando o currículo na Educação de jovens e adultos. In: PAIVA, Jane (orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação**, Dez, 2006, vol.11, nº.33: ISSN 1413-2478. Disponível em <http://www.anped.org.br>. Acesso em 03/11/2008.

PRONATEC, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-tecnico/como-ingressar/pronatec>. Acesso em 14 de abril de 2013.

\_\_\_\_\_. Proposta Curricular. **Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em <http://www.tvebrasil.com.br/salto>. Acesso, em 27/10/2008.

ROMÃO, José E. Educação de Jovens e Adultos – problemas e perspectivas. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria prática e proposta**. Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006, (Guia da escola cidadã, v. 5).

SOARES, L. e RODRIGUES SILVA, F. Educação de Jovens e Adultos: preparando a VI CONFINTEA e pensando o Brasil. Disponível em: [ttp://confinteavibrasil.blogspot.com.br/2008/06/historico-das-confinteas.html](http://confinteavibrasil.blogspot.com.br/2008/06/historico-das-confinteas.html). Acesso em 14 de abr de 2013.

SOCIOLOGIA EM TESTE, Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Publicado terça-feira, 21 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://sociologiaemteste.blogspot.com.br/2012/02/novas-diretrizes-curriculares-para-o.html>. Acesso em 14 de abril de 2013.

SOUZA, M. A. de. Educação de jovens e adultos, 20.ed. Curitiba: Ibpex, 2007.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, Políticas Públicas e Educação de Adultos. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria prática e proposta**. Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2006, (Guia da escola cidadã; v. 5).

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: Revendo alguns marcos históricos**. Disponível em: <http://www.uff.br/ejatrabalhadores/art.01,html>, 2006.

VIEIRA, Sofia L. FARIAS. Isabel M. S. de. **Política educacional no Brasil: Introdução histórica**. Brasília: Liber Livro Editora.

## APÊNDICE



Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Educação – FE  
Curso de Pedagogia a distância  
Polo de Carinhanha

Pesquisa: (Interrupções do Percorso Escolar e Permanência na EJA na Escola M. São Jerônimo)

Data aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Prezado(a) Bom dia!

Atualmente estou terminando meu curso de Pedagogia a distância da FE/UnB e na fase final do Curso fazemos uma pesquisa sobre um tema de nosso interesse e relevante para a sociedade.

O meu estudo é sobre as Interrupções do Percorso Escolar e Permanência dos alunos de EJA.

Estamos levantando quais são as principais causas estruturais que podem levar os alunos a sair do curso. Por isso, gostaria que você fosse o mais sincero possível.

A pesquisa leva de 10 a 15 minutos.

Podemos começar?

Obrigado por sua participação!

As informações coletadas serão utilizadas unicamente para fins de pesquisa e sua identidade não será revelada.

1) Sexo:

( ) Masculino

( ) Feminino

2) Qual é sua idade? \_\_\_\_\_

3) Há quanto tempo você está no Curso?

( ) De 6 meses a 1 ano

( ) De um ano a 2 anos

( ) De 2 anos a 3 anos

( ) De 3 anos a 4 anos

( ) Mais de 4 anos

4) Quanto tempo você ficou fora da escola?

\_\_\_\_\_

5) E seu estado civil?

( ) Solteiro(a)

( ) Casado(a)

( ) Separado(a)

( ) Viúvo(a)

( ) Outro

6) Onde você morava quando teve que interromper a escola?

( ) Na zona urbana do município do polo

( ) Na zona rural do município do polo

( ) Fora do município do polo na zona urbana

( ) Fora do município do polo na zona rural

7) Onde você morava quando voltou para a escola?

( ) Na zona urbana do município do polo

( ) Na zona rural do município do polo

( ) Fora do município do polo na zona urbana

( ) Fora do município do polo na zona rural

8) Você trabalhava quando deixou o Curso?

( ) Não

( ) Sim

9) Você trabalha agora?

( ) Não

( ) Sim

10) Em que área você trabalha:

( ) No lar

- ( ) Docência
- ( ) Agricultura
- ( ) Comércio
- ( ) Indústria
- ( ) Outro

11) Quantas horas semanais você trabalha?

- ( ) Até 20 horas
- ( ) De 21 a 30 horas
- ( ) De 31 a 40 horas
- ( ) Mais de 40 horas

12) Quando teve que deixar o Curso, qual era a sua faixa salarial?

- ( ) Sem renda salarial
- ( ) Até R\$ 545,00
- ( ) De R\$ 546,00 a R\$ 990,00
- ( ) De R\$ 991,00 a R\$ 1.535,00
- ( ) De R\$ 1.536,00 a R\$ 2.180,00
- ( ) Acima de R\$ 2.180,00

13) Quantos vezes por semana você vai para a escola? \_\_\_\_\_

14) Quantas vezes você falta por mês, aproximadamente? \_\_\_\_\_

15) Quais os principais motivos que te fazem faltar?

---

---

16) Quanto tempo você estuda, semanalmente, quando não está na escola?

- Até 2 horas
- Entre 2 a 4 horas
- Entre 4 a 6 horas
- Entre 6 e 8 horas
- Mais de 8 horas

17) Onde você está quando está estudando?

- Na escola
- No Trabalho
- Em casa
- Na Casa de colegas
- Outro

18) Qual foi seu principal motivo para voltar para a escola?

- Gosto de estudar e queria aprender mais
- Para ter um trabalho melhor
- Por realização pessoal
- Influência de familiares e amigos
- Para influenciar meus familiares a estudar

também

( ) Outro \_\_\_\_\_

19) Por que você decidiu fazer nesta escola?

( ) Mais perto de casa

( ) É a única que conheço

( ) Me sinto bem nesta escola

( ) Outro \_\_\_\_\_

20) Até qual série/nível você quer estudar?

( ) apenas terminar a série que estou fazendo

( ) terminar o ensino básico

( ) fazer o ensino médio

( ) fazer faculdade

21) As pesquisas mostram alguns problemas que levam as pessoas a interromper seus estudos e barreiras que encontram para continuar na escola.

Diga quais foram, no seu caso, os problemas que tornam mais difícil sua permanência na escola e aponte o grau de influência de cada um deles.

	<b>Nenhuma influência</b>	<b>Pouca influência</b>	<b>Muita influência</b>
Falta informação sobre o curso na secretaria da escola	( )	( )	( )
Falta de professor	( )	( )	( )
Ausência frequente do professor na sala-de-aula	( )	( )	( )

Falta de pessoal para atender os alunos na escola	( )	( )	( )
Falta de equipamentos como TV vídeo, computador	( )	( )	( )
A dificuldade de acesso aos materiais didáticos necessários, como livros, cadernos, etc.	( )	( )	( )
Falta de uma biblioteca mais bem equipada na escola	( )	( )	( )
A falta de condições de estudo em casa	( )	( )	( )
A falta de condições de estudo na escola	( )	( )	( )
A dificuldade de conciliar estudo e trabalho	( )	( )	( )
A dificuldade de conciliar estudo e responsabilidades familiares	( )	( )	( )
A dificuldade de conciliar estudo e lazer	( )	( )	( )
A falta de condições financeiras próprias para assumir os gastos com o curso	( )	( )	( )
A dificuldade para ir para escola	( )	( )	( )
Falta de transporte escolar	( )	( )	( )
Falta de energia elétrica na escola	( )	( )	( )
Falta de água na escola	( )	( )	( )
Falta de energia elétrica em casa	( )	( )	( )
	( )	( )	( )
Problemas econômicos na família	( )	( )	( )
Problemas de saúde pessoal ou familiar	( )	( )	( )
Quando vou para aula geralmente estou muito cansado do trabalho	( )	( )	( )
	( )	( )	( )

22) Você já pensou em desistir do Curso? Por que?

23) O que precisaria na escola para facilitar que você e outros alunos permanecessem na escola?

24) Você acha que deveria ter mais investimento do governo para a educação de jovens e adultos trabalhadores?

25) Quais sugestões você apresentaria para o governo para aumentar a frequência dos alunos adultos na escola?



Pesquisa: (Interrupções do Percurso Escolar e Permanência na EJA na Escola M. São Jerônimo )

**Questionário - Gestora da Escola Municipal São Jerônimo.**

- 1- Em sua opinião, por que muitos alunos não permanecem na escola?
  
- 2- O que precisa ser feito para amenizar o índice de interrupções do percurso escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA)?
  
- 3- O que você propõe para garantir o acesso, a permanência e conclusão do processo escolar do aluno da EJA com sucesso?



Pesquisa: (Interrupções do Percurso Escolar e Permanência na EJA na Escola M. São Jerônimo)

**Questionário- Ex- coordenador da EJA**

1- Em sua opinião, por que muitos alunos da EJA não permanecem na escola?

2- O que precisa ser feito para amenizar o índice de evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Carinhanha?

3- O que você propõe para garantir o acesso, a permanência e conclusão do processo escolar do aluno da EJA com sucesso?

## **PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS**

Enquanto profissional cursar uma faculdade além de ser uma necessidade se tornou uma obrigação. O educador precisa estar capacitado para exercer seu papel da melhor maneira possível.

Cursar a faculdade proporcionou inovar meus conhecimentos, me sentir mais seguro diante dos desafios encontrados perante a profissão de professor.

Sabemos que o mundo esta em constante mudança e que o profissional não pode parar no tempo ele tem que acompanhar as transformações que ocorre em sua volta. Diante disso, é preciso esta sempre se capacitando, buscando novos meios, formas de desenvolver um trabalho satisfatório, dinâmico que corresponda às expectativas de seu público e do próprio. Pretendo dar continuidade cursando uma pós a princípio na área de matemática.